

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BRYAN DO CARMO MUNIZ

CRÉDITO E A INOVAÇÃO NO PENSAMENTO DE SCHUMPETER

CURITIBA
2024

BRYAN DO CARMO MUNIZ

CRÉDITO E INOVAÇÃO NO PENSAMENTO DE SCHUMPETER

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Paulo Fuck

CURITIBA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

INFORMAÇÃO Nº 70/2024/UFPR/R/SA/DEPECON

ATA DO TRABALHO DE FIM DE CURSO

A Banca Examinadora composta pelos Professores Marcos Paulo Fuck, Fabiano Abranches Silva Dalto e Larissa Naves de Deus Dornelas, sendo o primeiro orientador, reunida no dia 01/08/2024, às 14:00 horas, na sala de reuniões Profa. Denise Maria Maia, avaliando o TRABALHO DE FIM DE CURSO intitulado "Crédito e inovação no pensamento de Schumpeter", do(a) aluno(a) Bryan do Carmo Muniz, vem atribuir-lhe a nota de 100.

Pelo presente, o aluno compromete-se a efetuar as correções exigidas pela banca examinadora relativas ao trabalho apresentado na disciplina SE633-Monografia II e entregar ao Departamento de Economia a versão final digital em formato PDF (depecon@ufpr.br), com cópia para seu orientador, até o dia 14 de agosto de 2024, como requisito para lançamento de nota em seu histórico acadêmico.

Curitiba, 01 de agosto de 2024.

Orientador: Marcos Paulo Fuck

Membro: Fabiano Abranches Silva Dalto

Membro: Larissa Naves de Deus Dornelas

Aluno(a): Bryan do Carmo Muniz

Curitiba, 24 de julho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PAULO FUCK, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/08/2024, às 08:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA NAVES DE DEUS DORNELAS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/08/2024, às 09:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO ABRANCHES SILVA DALTO, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA - SA**, em 06/08/2024, às 17:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BRYAN DO CARMO MUNIZ, Usuário Externo**, em 06/08/2024, às 22:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **6857930** e o código CRC **CA339655**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, o autor da vida pelas inúmeras bênçãos derramadas sobre minha vida e por ter sido meu sustentáculo em todo tempo de trabalho. Também a Maria Santíssima pela intercessão e proteção em todas as minhas ações neste ano de trabalho.

Aos meus familiares, em especial a minha mãe Rudineia e minha tia Regiane, por todo o apoio, carinho e presença em todas a minha vida estudantil sendo pessoas essenciais para que eu pudesse realizar o presente trabalho. Minha mais sincera e eterna gratidão

Ao meu orientador, professor Marcos Paulo, por todo esse processo de orientação, pelos apontamentos, reflexões e ensinamentos propiciados, seja neste período de orientação ou durante a graduação. Obrigado pela atenção, pela disponibilidade e confiança depositada em mim. Agradeço também aos professores da banca, Fabiano Dalto e Larissa Naves pelas sugestões apresentadas, que enriqueceram o presente trabalho, bem como pelos aprendizados em sala de aula que tive com ambos.

Agradeço também a meus amigos, dos próximos aos mais distantes, que sempre me incentivaram e me apoiaram neste trabalho, bem como buscaram me tranquilizar nos momentos de incerteza. Agradeço a minha grande amiga Isabella, por todo o acolhimento e apoio nos momentos de dúvida ou incerteza e pelo auxílio em algumas regras de formatação. Agradeço aos meus irmãos de fé que também me incentivaram desde o início da graduação até os dias de hoje, seja por meio da oração ou de palavras e gestos. Meu muito obrigado também aos meus colegas de curso de ciências econômicas que, pela convivência, tornaram essa caminhada no curso menos solitária e menos difícil.

Enfim, o meu agradecimento a todos que sejam por palavras, incentivos, e auxílio na elaboração do presente trabalho me ajudaram em toda essa trajetória.

RESUMO

No presente trabalho discutiremos o papel do crédito e da inovação no pensamento econômico e no processo de desenvolvimento econômico proposto por Joseph Schumpeter. Foi realizada uma vasta pesquisa bibliográfica na obra *Teoria do Desenvolvimento Econômico* de sua autoria, de artigos e trabalhos dentro do referencial teórico schumpeteriano e de historiadores do pensamento econômico buscando entender as influências das variadas correntes econômicas nos escritos de Schumpeter e em seu sistema proposto, bem como entender o papel que crédito, inovação e o empreendedor desempenham em todo o processo econômico. Por fim, constatou-se que o crédito e a inovação têm um papel contraditório e complexo na sociedade: embora inicie o processo de desenvolvimento econômico e de acumulação de capital, com queda do desemprego e aumento dos salários, a inovação, no entanto, inicia um processo disruptivo, alterando o equilíbrio do sistema de produção vigente, sendo que na fase da crise há queda de salários, desemprego e falência. Como fica exposto, o ciclo econômico schumpeteriano é composto por momentos de expansão e de contração, que não se desenvolvem de forma linear e ao mesmo tempo em toda a economia, o que mostra que existe uma instabilidade estrutural do sistema capitalista para o autor. Por fim, a discussão tem por base o legado de Schumpeter na história do pensamento econômico, apresentando os limites e a relevância de suas obras.

Palavras-chave: crédito, inovação, Schumpeter, instabilidade, mudança econômica.

ABSTRACT

This report will discuss credit and innovation in the economic system and economic development process by Joseph Schumpeter. Engaging in bibliographic search in the work "Theory of Economic Development" from his authorship as articles and works inside the same theoretical reference, as well as historians of economic thought, searching for comprehension about the influences of economic variations in Schumpeter and also in his proposed system, as well as understanding the role that credit, innovation and the entrepreneur play in the entire economic process. Finally, it was found that credit and innovation have a contradictory and complex role in society, as when starting the process of economic development and capital accumulation, unemployment falls and wages increase, which ends up being initially beneficial for all. However, by breaking the so-called circular flow, which ends up being the static state of the economy, credit and innovation also begin a disruptive process, changing the balance of the current production system. This process leads to unfavorable effects such as falling wages, unemployment and bankruptcy. As shown, the Schumpeterian economic cycle is made up of moments of expansion and contraction, which do not develop linearly and at the same time throughout the economy, which shows that there is a structural instability in capitalism. Finally, the discussion is based on Schumpeter's legacy in the history of economic thought, presenting the limits and relevance of his works.

keywords: credit, innovation, Schumpeter, instability, economic change.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 11 |
| 2.1 | O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO..... | 12 |
| 2.2 | INTRODUÇÃO DA TEORIA SCHUMPETERIANA: VIDA E INFLUÊNCIAS DE JOSEPH SCHUMPETER..... | 14 |
| 2.3 | O CONTEXTO DA OBRA DE SCHUMPETER E SUAS INTERPRETAÇÕES | 18 |
| 2.4 | INTRODUÇÃO A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | 24 |
| 3 | O FLUXO CIRCULAR | 26 |
| 4 | INOVAÇÃO | 28 |
| 4.1 | O EMPREENDEDOR..... | 32 |
| 4.2 | O PROCESSO CONCORRENCIAL SCHUMPETERIANO | 36 |
| 5 | A AÇÃO DO CRÉDITO NO MODELO SCHUMPETERIANO | 39 |
| 5.1 | O CRÉDITO NO FLUXO CIRCULAR | 39 |
| 5.2 | O CRÉDITO COMO CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO | 41 |
| 5.3 | O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM O CRÉDITO | 45 |
| 5.4 | O PAPEL DO CAPITALISTA: O ÉFORO | 49 |
| 6 | A INSTABILIDADE DO CAPITALISMO | 51 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 59 |
| 8 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 61 |

1 INTRODUÇÃO

Observamos que na ciência econômica, as fontes e os conceitos de desenvolvimento econômico e do processo concorrencial variam muito na visão dos autores, não sendo possível pleitear um arcabouço universal de regras e leis sobre ambos os conceitos.

Podemos conceituar desenvolvimento econômico, de acordo com Sandroni (1999), como o crescimento econômico acompanhado com melhoria na qualidade de vida da população, bem como por mudanças relevantes na estrutura econômica da região. Tal conceito apresentado é uma síntese das reflexões de diversas teorias econômicas acerca do tema nos últimos séculos.

Contudo, desde o século passado começaram a aparecer diversas teorias de correntes distintas da teoria econômica que analisaram detalhadamente o processo de desenvolvimento tecnológico, da concorrência entre firmas e sua influência no desenvolvimento econômico. De acordo com Shikida e Bacha (1998), destacam-se as contribuições de John Hicks e Robert Solow dentro da teoria neoclássica, as de Charles Plott e James Koch no trabalho sobre a organização industrial e as análises de Joseph Schumpeter e da literatura neo-schumpeteriana, da qual destacamos os trabalhos de Sidney Winter e Richard Nelson, de Nathan Rosenberg, entre outros autores.

Para Shikida e Bacha (1998) e diversos outros autores, Schumpeter deu enfoque ao papel da inovação como chave para a mudança do sistema econômico. Além disso, Schumpeter traz a análise dos períodos de expansão e recessão da economia e seus efeitos dentro do sistema. Na teoria de ciclos para Schumpeter, o desenvolvimento passa a ser visto como uma ação de mudança que surge de forma espontânea dentro do sistema econômico e segue um ritmo descontínuo ao longo do tempo.

Conforme Morocochi e Gonçalves (1994), Schumpeter se distingue claramente dos economistas neoclássicos ao apresentar abordagens singulares sobre diversos aspectos da análise econômica, sobretudo na sua visão ampla e integradora do desenvolvimento econômico. Schumpeter foi também um dos autores a oferecer uma interpretação para as variações econômicas. Essas ideias tornam seu pensamento especialmente relevante atualmente, evidenciando a importância de suas reflexões para entender os movimentos da modernidade.

O presente trabalho buscará fazer uma pesquisa bibliográfica dentro do referencial teórico schumpeteriano. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica representa um método específico de produção científica, fundamentado em uma ampla gama de textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas e resumos. Por isso o nosso ponto de partida foi das obras do próprio Joseph Schumpeter, dos qual destacamos a *Teoria do Desenvolvimento Econômico*.

Conforme apontam Marconi e Lakatos (2017), para um trabalho de Monografia é importante a discussão exaustiva dos conceitos abordados. Por isso para trabalharmos o papel do crédito foram usados artigos científicos a respeito da ação do crédito na sociedade, bem como para a discussão dos conceitos de inovação e de empreendedor. Nestes artigos os autores fizeram uma breve reconstituição na História de Pensamento econômico da evolução destes conceitos, o que achamos de bom grado incorporar no presente trabalho.

O objetivo geral do presente trabalho é explicar qual o papel que a inovação e o crédito desempenham no pensamento de Joseph Schumpeter, bem como detalhar a ação de ambos no ciclo econômico proposto pelo autor. Para realizarmos tal objetivo, partiremos de objetivos específicos que englobam a explicação sobre o fluxo circular, a conceituação de inovação, bem como a descrição do agente realizador deste processo. Depois buscaremos explicar o papel do crédito no fluxo circular e no processo de desenvolvimento econômico e buscar conceituar o papel do capitalista, que oferta o crédito. Por último, explicaremos como o crédito e a inovação agem no ciclo econômico e qual é a ideia de instabilidade proposta por Schumpeter. A seguir descreveremos detalhadamente cada etapa.

Na primeira parte foi realizada uma breve introdução sobre Joseph Schumpeter no qual abordamos um pouco sobre sua vida e sobre as influências que marcaram sua trajetória acadêmica. Posteriormente foi conceituado o papel da inovação e do empreendedor no processo de desenvolvimento econômico, bem como foi analisado todo o processo concorrencial schumpeteriano. Para a terceira parte enfocou-se sobre o crédito e seu papel tanto no denominado Fluxo Circular, quanto no processo de desenvolvimento econômico, explicando como ele opera, bem como o papel que o capitalista desempenha neste processo

Na quarta parte discutimos o ciclo econômico schumpeteriano e suas fases, bem como demonstrou-se como a inovação e o crédito acabam por causar a

instabilidade do sistema capitalista. Na última seção a monografia apresentou algumas reflexões acerca do contexto da obra de Schumpeter e suas interpretações. Atrelado a isso, nas considerações finais, discutimos alguns limites da teoria schumpeteriana, com reflexão e síntese dos temas discutidos anteriormente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A base da revisão teórica do presente trabalho tem duas frentes: a teoria schumpeteriana e sua relação com o processo de desenvolvimento econômico. Contudo, antes de aprofundarmos em tais assuntos, explicitaremos como desenvolvemos cada seção do trabalho.

Antes de entrarmos na conceituação de inovação e crédito no pensamento de Schumpeter, faremos uma introdução sobre sua obra, apontando influências das diversas escolas do pensamento econômico em sua obra. Aliado a isso faremos uma contextualização do período em que Schumpeter escreveu a *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, além de acrescentarmos algumas interpretações a sua obra.

Na primeira seção, apoiando se nas Monografias de Virgilio (2013) e Haddad (2010), buscaremos fazer uma descrição da concorrência schumpeteriana e o papel que a inovação desempenha. Conforme as autoras apontaram é possível inferir um ciclo econômico a partir do início do processo inovativo que levará o sistema econômico como um todo a um processo organizacional, com efeitos positivos e negativos para a sociedade.

Já na segunda grande seção do presente trabalho sobre crédito, nossa fonte de pesquisa foi na literatura internacional, sobretudo na linha de estudo da econômica política e da economia da inovação. Entretanto não podemos esquecer da contribuição de Oliveira (1993) em sua dissertação sobre o Papel do Crédito no Desenvolvimento Econômico proposto por Schumpeter. Seu trabalho enriqueceu nossa análise.

Ainda apontam Marconi e Lakatos (2017) sobre a importância da análise crítica da pesquisa bibliográfica. Para isso buscamos trazer alguns paralelos e diferenças de Schumpeter em relação a outros autores, sobretudo com seu contemporâneo John M. Keynes e em relação ao movimento denominado neoclássico, bem como algumas implicações que podemos fazer a partir dos pressupostos levantados na obra de Schumpeter.

Também se baseando na literatura de Economia Política veremos uma breve análise em relação ao conceito de instabilidade do capitalismo e como ele se manifesta no sistema econômico. Assim, conforme Vercelli (1985) aponta, sairemos

com o pressuposto que a instabilidade em Schumpeter não é algo momentâneo, mas sim um desequilíbrio profundo que deixa marcas permanentes no sistema econômico.

Em síntese, baseando na pesquisa bibliográfica, buscaremos trazer uma análise do pensamento econômico schumpeteriano e suas implicações para a sociedade capitalista.

2.1 O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

De acordo com Duarte (2013), a definição de desenvolvimento econômico é um tema amplamente debatido. Para uma vertente de economistas, com uma abordagem mais teórica, o desenvolvimento é entendido como um processo histórico de aumento sustentado da renda per capita ou do valor adicionado por habitante. Isso implica na melhoria do padrão de vida da população de um país, resultante de um processo contínuo de acumulação de capital e avanços no conhecimento ou progresso técnico no sistema produtivo. Modelos neoclássicos de crescimento, como os de James Meade e Robert Solow, e modelos com inspiração keynesiana, como o modelo de Harrod-Domar e as contribuições de Nicholas Kaldor, se alinham com essa visão, conforme destacado por Souza (2007).

Por outro lado, uma segunda corrente de pensamento, argumenta que o crescimento econômico é uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento. Nesta visão, o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no padrão de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. Em outras palavras, desenvolvimento é a transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, dinâmica e eficiente, com melhorias nas condições de vida da população em geral (Duarte, 2013). Economistas como Ragnar Nurkse, Albert Hirschman e Agnar Myrdal defenderam essa perspectiva, considerando a necessidade de analisar as especificidades das economias subdesenvolvidas (Duarte, 2013).

Diante dessas considerações, fica evidente que o desenvolvimento não pode ser simplesmente confundido com crescimento econômico, uma vez que os benefícios do crescimento nem sempre são distribuídos de forma equitativa entre a população. Isto é, mesmo dentro de um país, podem existir regiões com um PIB per capita elevado, mas que apresentam indicadores sociais baixos. Nesse contexto, Feijó

(2007¹ apud Duarte 2013) argumenta que além de crescimento econômico, o desenvolvimento requer políticas públicas e ações privadas que possam espalhar os benefícios do crescimento, alcançando um número maior de pessoa. Ele também ressalta que a noção de desenvolvimento econômico deve servir como critério para avaliar se as políticas de crescimento, acompanhadas de iniciativas de suporte social, realmente atingem seus objetivos.

Concordando com essa linha de pensamento, Souza (2007) observa que, em alguns casos, uma economia pode exibir altas taxas de crescimento enquanto o desemprego não diminui na velocidade necessária, devido à modernização dos processos produtivos, como a robotização e a informatização.

Além disso, o crescimento econômico pode estar associado a efeitos adversos, como a redução da capacidade de importar devido à transferência de excedentes de renda para outros países, e o aumento da concentração de renda e riqueza devido à apropriação desses excedentes por uma pequena elite.

Assim, Duarte (2013) aponta que a noção de desenvolvimento está intimamente ligada ao crescimento econômico, mas com uma diferença fundamental: enquanto o crescimento está relacionado ao aumento da produção de bens e serviços e à expansão da renda média da população, o desenvolvimento exige mudanças qualitativas significativas no padrão de vida das pessoas.

Isso abrange desde necessidades básicas como acesso a água, saneamento, alimentação e transporte, até áreas mais complexas como saúde, segurança, educação, acesso à informação, esportes, lazer, cultura, entre outros. O crescimento econômico, portanto, não garante automaticamente a melhoria nas condições de vida das pessoas mais pobres.

Entretanto, para Schumpeter vemos que em sua teoria de Desenvolvimento econômico é essencialmente sobre o progresso do sistema capitalista e seus setores do que propriamente sobre a qualidade de vida dos diversos agentes. A seguir iniciamos a análise da teoria schumpeteriana, que se afasta dos conceitos aqui discutidos.

¹ FEIJÓ, R. Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro. São Paulo: Atlas, 2007.

2.2 INTRODUÇÃO DA TEORIA SCHUMPETERIANA: VIDA E INFLUÊNCIAS DE JOSEPH SCHUMPETER

Nascido em Triesch, Áustria, em 1883, Schumpeter se tornaria um dos mais notáveis economistas do Século XX. No início do século passado ingressou na Universidade de Viena, sede do Império Austro-Húngaro sob a dinastia dos Habsburgo. Assim como vários outros economistas de sua época, Schumpeter foi moldado pelo ambiente em que crescia intelectualmente na época do pré-guerra. Viena era o centro cultural e político do império: o conhecimento em Viena prosperava, de onde destacamos o surgimento da Psicologia Freudiana e da Escola Austríaca, conforme Mccraw (2012) comenta.

Schumpeter é considerado, por excelência, um estudioso do papel da tecnologia na sociedade, ao fazer dessa variável o motor do desenvolvimento econômico. Seguindo a trilha de outros grandes economistas – Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823), Karl Marx (1818-1883), para citar alguns deles–, Schumpeter procurou compreender os movimentos gerais da economia e o destino de um modo particular de produzir em sociedade: o capitalismo. Mas, ao contrário dos economistas clássicos, Schumpeter não considerava o crescimento da população, o aumento da produção e o acúmulo de recursos como fatores determinantes do desenvolvimento econômico (Schumpeter, 1961). Nesse assunto, de acordo com Tigre (2005² apud Da Costa, 2006) estava mais próximo de Marx pelo papel relevante que atribuiu ao progresso técnico na dinâmica capitalista.

Na graduação, Schumpeter estudou Direito e Economia. Segundo Mccraw (2012), com o tempo se enveredaria para a Economia, pois gostava do seu caráter multidisciplinar, mas reconhecia que a Ciência Econômica estava dando seus primeiros passos se comparado a Ciência Jurídica, já muito mais avançada em seus estudos. Os Ditos “Economistas Políticos” buscavam mais o enfoque de prescrever políticas públicas para a sociedade, não havendo ainda os “Especialistas técnicos” com o uso do cálculo para a análise do mundo empresarial.

Nesse contexto de efervescência surge Joseph Schumpeter. Categorizar Schumpeter como membro de alguma determinada corrente não é uma tarefa

² TIGRE, P. B. (2005). Destruição criadora: Schumpeter e o papel da tecnologia no desenvolvimento econômico. **IHU On-Line**. São Leopoldo, ano 4, n. 155, p. 60-2, 12 set.

simples, pois em suas obras teremos visões e conceitos das mais variadas correntes da Ciência Econômica. A seguir trataremos um pouco das influências das diversas escolas de pensamento econômico em seus escritos.

Embora Schumpeter se origine em um reduto da Escola Austríaca, não podemos conceituá-lo como um: o principal fator que explica esse não alinhamento de Schumpeter é o fato de ele preconizar a matemática como parte fundamental da teoria econômica, enquanto os austríacos eram reticentes ao seu uso, nisso Vale (2015) aponta:

(...) no âmbito da Escola Austríaca, possui opiniões semelhantes quando são considerados os grandes expoentes: Menger, Mises e Hayek. Os autores são incisivos em considerar o uso de matemática como um dos métodos de estudo da economia como impróprio. A atitude deles variou de ceticismo, por Hayek, à hostilidade, por parte de Mises. A posição de Mises é expressa com franqueza característica: "O método matemático deve ser rejeitado, não só por causa de sua esterilidade. É um método inteiramente vicioso, a partir de falsos pressupostos e a inferências falaciosas. (Vale, 2015, p.4).

Contudo, de acordo com Mccraw (2012), a escola em grande evidência era a da Doutrina Marginalista, que suplanta a Economia Clássica para se tornar o grande Paradigma naquele momento. A grande diferença entre as duas correntes está no enfoque: agora não mais importavam as políticas públicas, mas sim a decisão do consumo ou oferta de bens e serviços dos indivíduos. Os principais autores da escola foram Carl Menger, William Stanley Jevons e Leon Walras.

Dos três principais autores, Schumpeter tinha uma enorme estima por Leon Walras, mesmo não sendo aluno do mesmo em Viena. Um dos motivos foi o arcabouço matemático criado por Walras, em sua teoria econômica, algo que Schumpeter preconizava para a Ciência Econômica. Com o equilíbrio demonstrado matematicamente por ele, Schumpeter o declarou como sendo a "Carta Magna da Teoria Econômica", defendendo que sem o Marginalismo talvez a ideia de equilíbrio nunca seria criada (Mccraw. 2012).

A influência dos Marginalistas em Schumpeter fica evidente no seu modelo estático, sem desenvolvimento econômico, o Fluxo Circular. Conforme Vian (2000), no primeiro capítulo da *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, Schumpeter dedica-se à análise de uma economia estática, na qual os indivíduos são retratados como racionais e hedonistas, agindo de maneira consistente com base em dados passados

para suas decisões de produção. Nesse contexto, o dinheiro desempenha o papel de meio de troca e toda produção é consumida integralmente. Schumpeter observa que os métodos e meios de produção dos indivíduos são moldados pelos períodos econômicos anteriores, mantendo-os firmemente dentro de um padrão preestabelecido.

Enquanto o mundo experimentava os efeitos da Revolução Marginalista na Economia, vinham em paralelo as correntes socialistas, embora nunca tenham tido a supremacia em termos de consenso dos acadêmicos. Contudo, a ideia de que o capitalismo era intrinsecamente instável em seu desenvolvimento deu grande contribuição no pensamento econômico, levantando dúvidas acerca da estabilidade do Capitalismo.

Em relação a Escola Clássica, Schumpeter era enorme admirador da Adam Smith, de quem concordava muito na visão de mercado e das virtudes do empresário e do agente econômico.

No entanto, Schumpeter era um enorme crítico dos economistas clássicos britânicos do século XIX. Segundo ele, mesmo vivendo num período de enorme crescimento e transformação da economia e sociedade, os economistas do período foram pouco criativos em suas análises, sempre pensando na tendência de estacionalidade e estagnação. Em outros termos, de acordo com Mccraw (2012), Schumpeter aponta que os economistas clássicos desperdiçaram oportunidades de estudo e análise neste período de ouro da história.

Outra escola de pensamento que Schumpeter foi contemporâneo foi a Escola Histórica Alemã. Tal escola influenciou muito na visão schumpeteriana pela pesquisa detalhada do desenvolvimento industrial e das instituições. Vale ressaltar que tal escola era muito ligada à economia política e seu preceito de oferecer políticas públicas.

Entretanto, Schumpeter entendia que o forte caráter historicista de suas monografias carecia de um embasamento de teoria econômica e aplicabilidade, por isso entendia que para validar seus estudos eram necessários testes empíricos:

O próprio Schumpeter adorava a história, mas fazia uma ressalva de peso à escola de Schmoller: sua insuficiência em matéria de teoria econômica [...] Para isto, era necessário estabelecer e verificar hipóteses e propostas genéricas, a serem então aproveitadas, adaptadas ou descartadas. (Mccraw 2012, p.52).

Assim, podemos dizer que Schumpeter embebedou-se das contribuições clássicas, da Escola Histórica Alemã, Austríaca e de Marx para conceituar o capitalismo. Para ele não era possível classificá-lo apenas no âmbito econômico. Era necessário apoio das Ciências Humanas, da psicologia e da análise cultural e sobretudo, do cálculo matemático. Considerava a perene transformação do capitalismo como sua essência. Mesmo reconhecendo o caráter multidisciplinar da economia e valorizando os estudos de outras áreas, defendia a importância da matemática, como exposto a seguir:

Nada das ciências naturais, com exceção a algumas técnicas especiais, é tão universalmente válido como é o fundamento das leis da lógica. A sua gama de aplicação, no entanto, é limitada e suas realizações só podem ir apenas em alguns pontos além de uma apresentação mais correta e precisa. (Schumpeter, 1912³ apud Vale, 2016, p.5)

Outra Influência, mas agora fora do campo econômico, foi de Max Weber, eminente sociólogo do Século XX e em ascensão na época que Schumpeter estava iniciando sua carreira. Muitos autores apontam que o empreendedor schumpeteriano se assemelha e muito ao líder carismático weberiano, algo que falaremos em breve.

Após formado, e depois de sair da Grã-Bretanha para o Egito, Schumpeter trabalha como Advogado e Consultor de Investimentos para o protetorado britânico, onde começa a obter uma boa renda. Junto a isso publica seu primeiro livro *A natureza e a essência da economia política (Das Wesen und der Hauptinhalt der Nationaloekonomie*, originalmente escrita em alemão).

Conforme Mccraw (2012) comenta, o livro diz muito a respeito do equilíbrio walsariano em suas teorias, no qual se vê a influência e admiração de Schumpeter por Leon Walras. Schumpeter enviou um exemplar do Livro *Das Wesen* ao mesmo e inclusive se encontrou com ele para conversar. Mccraw relata sobre esse encontro, o que evidencia o distanciamento do Schumpeter da ideia de equilíbrio neoclássico.

Afirmou em seguida [Walras] (...) “que, naturalmente, a vida econômica é essencialmente passiva [...] Desse modo “a teoria do processo estacionário constitui na verdade toda a

³ Schumpeter, J. A. **Epochen der Dogmen und Methodengeschichte**, [n.l]:[n.a] 1912

economia teórica. Apesar de sua admiração por Walras, Schumpeter discordava de maneira veemente. (McCraw, 2012, p.71).

Schumpeter iniciou seus estudos de economia em um período marcado por debates teóricos e intelectuais intensos sobre a ciência econômica e as ciências sociais em geral. Segundo Schumpeter, a teoria positiva, ou empírica, deve ser capaz de categorizar os fatos a serem estudados em termos que possam ser verificados por meio de observação e experimentação, e deve evoluir por meio de pequenas contribuições ao longo do tempo.

Na obra de Schumpeter destaca a inter-relação das ciências sociais, mas ressalta que o economista não deve adentrar em áreas que são domínio de outras disciplinas. De acordo com Vian (2007), o método analítico de Schumpeter compartilha várias características dessas escolas filosóficas, como a construção de modelos teóricos, o individualismo e a natureza empírica de suas obras, que se fundamentam na verificação dos modelos construídos diante da realidade. Essa abordagem revela as diferenças e a evolução da sociedade, muitas vezes além do alcance do teórico.

2.3 O CONTEXTO DA OBRA DE SCHUMPETER E SUAS INTERPRETAÇÕES

De acordo com Festre e Naisca (2009), quando Schumpeter estava escrevendo a *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, nos primeiros anos do século XX, o contexto institucional do capitalismo estava em constante mudança, levando os banqueiros a adaptarem suas práticas a essas transformações para buscar lucro. Cada nova etapa de desenvolvimento alcançada nesse período foi apoiada por ferramentas financeiras específicas e instituições financeiras apropriadas. Assim Festre e Naisca (2009) concluem que a principal função do banqueiro schumpeteriano – como "éforo" – refletiam perfeitamente o ambiente industrial e financeiro específico desse período histórico do capitalismo. Aqui notamos a influência da Escola Histórica Alemã na obra de Schumpeter dado sua análise contextual e histórica para escrever a TDE.

Segundo os autores, as grandes ondas schumpeterianas de inovação, como as que marcaram a indústria ferroviária, encerraram o período do capitalismo comercial, pois as demandas de financiamento eram grandes demais para serem

tratadas pelos métodos tradicionais. A inovação nas finanças tornou-se um pré-requisito, já que as estruturas bancárias do capitalismo mercantil eram inadequadas para financiar o desenvolvimento econômico.

Para Festre e Naisca (2009), a visão de Schumpeter do banqueiro como o "éforo" do sistema capitalista – fornecendo financiamento para novas combinações inovadoras de recursos – não surgiu do "capitalismo comercial", mas de um estágio específico do desenvolvimento capitalista: o "capitalismo industrial", que durou de 1813 a 1890. Esse período foi caracterizado pelo surgimento de organizações financeiras capazes de mobilizar os recursos necessários para a manufatura fabril, transporte intensivo em capital, usinas e minas, entre outros setores.

Em seu estudo sobre as fases do Capitalismo, Minsky (1993) também aponta que a fase do capitalismo industrial englobaria a visão de Schumpeter. Advinda a revolução industrial as necessidades de financiamento mudam. Agora não mais as mercadorias são financiadas, mas sim os ativos e maquinários para as empresas, o que requer somas vultuosas de dinheiro.

A indústria do século XIX agora requeria bens de capital duráveis que eram caros. Emerge agora as corporações empresariais, que virariam a forma dominante de propriedade nesse período. Tal consequência derivou que agora as empresas dependiam dos bancos e financeiras para financiamento. Agora o investimento determinava a vida da empresa e o seu empresário tinha total responsabilidade nisso.

Assim, Schumpeter e Keynes viveram em parte uma fase em que o papel dos bancos de investimentos é evidenciado na economia capitalista. O lucro só sobrevém a partir da possibilidade de um financiamento pelos bancos aos vultuosos ativos necessários. E esse financiamento só existirá pelas intervenções dos bancos ao fornecerem crédito para as empresas. Por tanto, a ideia do éforo regulador da economia, encontra-se no Banqueiro, conforme dito por Schumpeter

Contudo Minsky (1993) aponta que na fase gerencial tal cenário mudou. O financiador do crescimento econômico era uma outra instituição: o Estado. A crise de 1929 e o nascimento do Estado de Bem-estar Social, com o governo agindo ativamente, foram importantes para o crescimento econômico. Minsky toma em seu trabalho o estudo que avaliou o incentivo do governo estadunidense na política de moradia, auxiliando o financiamento imobiliário no setor bancário. O produto desse incentivo foi o aumento do lucro empresarial, mostrando que a ação governamental poderia substituir o setor bancário, de acordo com Minsky.

The role of bankers as the ephors of the decentralized market economy was reduced when government took over the responsibility for the adequacy of profits, of aggregate demand. The flow of profits that followed from the deficits of government and from debt-financed housing construction meant that the internal cash flows of firms could finance their investments. (Minsky, 1993, p.110).

Outro ponto de inflexão foi a gestão da empresa. Ela passa do empresário inovador para o conselho de sócios. A burocratização na medida de proteger processos tradicionais cresce continuamente. Novamente o papel delimitador surge. Se antes os bancos criavam barreiras à entrada, agora cabia ao Estado pela regulação econômica proteger as empresas

Emerge então, para Minsky (1993) a fase do *money manager capitalism* onde se inicia o interesse na rentabilidade das ações de uma empresa. A dependência das empresas em relação aos ativos dos mercados financeiros se acentua. Agora a economia do país passa a ser dependente do desempenho do mercado financeiro.

Consequentemente, eclode o mais alto grau das atividades especulativas. Agora, ao contrário do período do capitalismo industrial, o interesse não era na expansão do capital industrial, mas sobretudo na lucratividade do ativo que o especulador iria obter.

Outro ponto de acordo com Minsky (1993) é o volume de negociações, em que os fundos de gestores ao movimentarem suas posições influenciam os preços dos ativos instantaneamente. O interesse somente no lucro de um título, tem seu efeito prático atestado que os compradores, não interessam no lado do crescimento produtivo da Empresa. Ao virar um 'mercado de revenda' os lucros poderiam ser obtidos na compra e venda de títulos. Além disso, à medida que aumentava as emissões de ações, maior era o passivo e necessidade de honrar os pagamentos aos acionistas, ao invés de poder usar os fluxos obtidos para outras ações. Assim seguiu a queda do financiamento da economia.

Assim, Minsky (1993) enfatiza o alerta dado por Keynes na Teoria Geral: a instabilidade econômica à medida que as empresas entrassem nesse ciclo especulativo. Notadamente Keynes em seu período foi um dos poucos a alertar os efeitos da especulação financeira, diferente de Schumpeter que nada desenvolveu dessa fase especulativa da economia na TDE. O 'Éforo' da economia schumpeteriana

na fase atual capitalista não se importa com o financiamento para o desenvolvimento, visto a rapidez que o lucro pode vir dos centros financeiros.

O ponto importante para Minsky em Schumpeter é que, notadamente, este incorporou a evolução como um processo inerente das economias capitalistas monetárias. A inovação na esfera financeira é facilmente visível e chave para compreender como o mercado monetário foi o grande assistente e motor do desenvolvimento do capitalismo na sua era de ouro. Esse papel central do mercado monetário foi acertadamente proposto por Keynes e Schumpeter. No entanto, na fase atual do Capitalismo evidenciada pela especulação prevista por Keynes, não há mais o interesse do centro financeiro em desenvolver a economia (Minsky, 1993).

Em relação as interpretações, para Mayer et al. (2021), a partir de 1990, houve um aumento dos estudos que buscaram fazer o nexos entre crescimento econômico e finanças, nos quais alguns autores apontam Schumpeter como um pesquisador importante da área:

Since the 1990s, a vast literature on the finance and growth nexus has developed. The main contributors are above all Robert G. King, Ross Levine and Thorsten Beck with numerous and widely cited papers and contributions to handbooks (e.g. King and Levine (1993a), Levine (2005), Levine (2021) and Beck et al. (2000)). We will therefore focus on the work by these three authors. In almost all their papers they quote Schumpeter as a theoretical pioneer for their research. The title of one of the first papers by King and Levine (1993a) is 'Finance and Growth: Schumpeter might be right'. (Mayer et. al 2021, p.10).

Entretanto, Mayer et. al. (2021) criticam a visão desses autores, pois retrataram que Schumpeter via o banqueiro como um intermediador financeiro somente, como por exemplo King e Levine (1993)

Yet, an integral part of the Schumpeterian story is that financial intermediaries make possible technological innovation and economic development. 'The banker ... authorizes people, in the name of society as it were, to ... [innovate]' Schumpeter (1911, p. 74). (King & Levine, 1993, p. 735).

Segundo Mayer et al. (2021) houve uma omissão de Robert King e Ross Levine ao não citarem o fato de que o banqueiro é produtor de moeda, assim:

(...) text shows that from the very beginning the authors present Schumpeter's crucial statement in a reduced and distorted way, which omits the key message that banks are producers of purchasing power. (Mayer et. al. 2021, p.10).

O grande problema que Mayer et. al. (2021) apontam é que se tratarmos Schumpeter como um defensor da ideia da intermediação financeira, o papel de éforo do banqueiro acaba por ser ignorados e o processo de desenvolvimento econômico é totalmente focalizado no empreendedor e a ação dos poupadores o que, ainda de acordo com os autores, é irrelevante para o sistema de Schumpeter. Um exemplo apontamos é na obra de Aghion, Howitt e Levine (2018):

(...) In this paradigm, growth reflects the decisions of profit-maximizing entrepreneurs, who determine how much to invest in the costly, risky – and potentially lucrative – process of innovation. That is, the primary determinants of long-run growth are the entrepreneurs' incentives and abilities to identify, fund, and commercialize quality-improving innovations. Since entrepreneurs may lack the wealth to self-finance their innovative ideas or may be reluctant to bear all the risks, there is a role for the financial system to help (1) entrepreneurs mobilize funds from savers; (2) savers identify, fund, and monitor entrepreneurs; and (3) savers and entrepreneurs to trade, hedge, and pool risks. (Aghion, Howitt e Levine, 2018, p.5).

Outra crítica está na obra *What do we learn from schumpeterian growth theory* de Aghion, Akcigit, and Howitt (2014). Vemos que a obra desconsidera o papel do crédito e do banqueiro em todo o processo de desenvolvimento como evidenciado na seguinte passagem que consideram a síntese do modelo schumpeteriano:

(...) This model is Schumpeterian in that: (i) it is about growth generated by innovations; (ii) innovations result from entrepreneurial investments that are themselves motivated by the prospects of monopoly rents; (iii) new innovations replace old technologies: in other words, growth involves creative destruction. (Aghion, Akcigit, e Howitt 2014 p. 517).

Assim, na visão de Mayer et al. (2021), Schumpeter foi um dos defensores da análise monetária da economia e se distanciou da análise real:

In sum, the publications by King, Levine, Beck and other scholars in this field present Schumpeter as a representative of a theoretical approach that he explicitly criticized. They turn his central insights on the finance and growth nexus into their exact opposite. Schumpeter, who promoted monetary analysis, thus appears as a supporter of real analysis. To this end, the

authors insinuate statements, especially on saving that he never made. (Mayer et. al. 2021, p.12).

Não obstante, Robert Solow, de acordo com Mayer et al. (2021), fez uma irônica observação de que Schumpeter é uma espécie de santo padroeiro neste campo, por ser celebrado um dia por ano e mais ou menos ignorado o resto do tempo, mostrando que Schumpeter, embora ritualmente mencionado na literatura de desenvolvimento econômico, tem sido de fato ignorado ou, pior, mal interpretado.

Partindo para interpretações críticas, Solo (1951) discorda da afirmação de Schumpeter de que uma empresa que não inova está destinada a não sobreviver. Essa visão não é absoluta. A inovação pode ser vista como apenas uma das várias estratégias que uma empresa pode adotar para garantir sua continuidade no mercado. Existem, inclusive, situações em que uma empresa que está continuamente inovando pode ser superada por outra que não se dedica tanto à inovação, mas possui maior poder econômico, melhores capacidades de vendas ou habilidades de marketing. Portanto, para Solo (1951) a perspectiva de Marshall, que sugere que uma empresa deve utilizar todas as suas armas ofensivas disponíveis para sobreviver, é mais relevante do que o foco exclusivo de Schumpeter na inovação.

Além disso, Furtado (1961) sugere que a teoria de Schumpeter é, em essência, uma teoria do lucro, em vez de uma explicação abrangente do progresso econômico. Schumpeter faz uma distinção entre crescimento gradual e desenvolvimento através de saltos, mas para Furtado, essa distinção acaba oferecendo uma visão um tanto vaga sobre o que realmente constitui o desenvolvimento. A teoria de Schumpeter, segundo Furtado, foca na ideia de que o lucro surge da transição do sistema de um nível para outro, impulsionada pelas inovações.

Contudo, embora as críticas apresentadas, é interessante analisar o crescimento do estudo do pensamento schumpeteriano. Sobre seu legado, Da Costa (2005) aponta que a partir do início da década de 1980, o interesse pelas ideias de Schumpeter cresceu, e uma das obras marcantes nessa direção é *An Evolutionary Theory of Economic Change* de Richard R. Nelson e Sidney Winter, publicada em 1982, que se tornou um marco no pensamento da corrente neo-schumpeteriana ou evolucionária. Novas categorias de análise têm sido incorporadas à bagagem teórica dos economistas. O conceito de rotina como norma de comportamento, o processo de busca de inovações como diferencial competitivo, o mercado como mecanismo de

seleção e o papel das instituições e da história vêm lançar novas luzes sobre a dinâmica capitalista. Gradualmente, vários economistas e cientistas sociais têm se juntado à agenda de pesquisa estabelecida por essa abordagem de pensamento econômico (Tigre apud da Costa 2005), mostrando que a análise de Schumpeter ainda exerce influência no pensamento econômico.

2.4 INTRODUÇÃO A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As duas principais obras em que Schumpeter discute o Desenvolvimento Econômico são, como dito anteriormente, a *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (TDE) e *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (CSD). Na primeira, Schumpeter discute as causas da mudança econômica, enquanto na segunda são analisados o processo e os impactos decorrentes da evolução do capitalismo. Schumpeter, em sua análise, estabelece, desde o início, as bases sob as quais atua o mecanismo econômico. São elas: a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência.

O capitalismo para Schumpeter, conforme sintetiza Burlamaqui (2007), é um processo centrado na propriedade privada, onde as inovações são inseridas via crédito. Schumpeter compreende que o capitalismo não é perenemente estacionário como creditava os autores neoclássicos, assim ele desenvolve:

O ponto essencial que se deve ter em conta é que ao tratar do capitalismo, tratamos também de um processo evolutivo [...] O capitalismo é, por natureza, uma forma ou método de transformação econômica e não apenas reveste o caráter estacionário, pois jamais poderia, tê-lo. (Schumpeter, 1961, p.105).

Na TDE, observamos já a visão dinâmica e evolutiva do capitalismo. Contudo para se aproximar do movimento da economia capitalista, Schumpeter lança mão de um artifício de análise, procedimento este já presente em outros autores que foi o mecanismo do “fluxo circular”. A ideia de criar uma imagem mental, um tipo de “protótipo” de sistema econômico a partir do qual vai se aprofundando o conhecimento, foi usada anteriormente, de acordo com Da Costa (2005) já no século XVIII na parte em que procura identificar os determinantes do valor de troca das mercadorias.

Ainda para Da Costa (2005), pode ser ter um paralelo com os clássicos, pois Smith menciona uma sociedade imaginária, anterior ao capitalismo, a que ele se referiu como o 'estágio rude e primitivo da sociedade' que precede a acumulação de capital. Marx, por sua vez, em *O Capital*, na explicação do excedente e do processo de acumulação, parte inicialmente de uma 'economia mercantil simples' para, então, introduzir elementos próprios do modo de produzir capitalista.

Assim, antes de estudar o fenômeno do desenvolvimento econômico, comentaremos do fluxo circular, que é o modelo de economia estática do qual Schumpeter parte para estruturar o seu sistema econômico.

3 O FLUXO CIRCULAR

Dentro desse sistema capitalista, Schumpeter inicia criando o modelo do denominado fluxo circular. Como vários autores apontam, de influência neoclássica, que o fluxo circular representa o estado estacionário da economia. O fluxo circular segue ordenadamente e de forma repetida em todo o sistema econômico:

Como o fluxo circular dos períodos econômicos — que é o mais notável dos ritmos econômicos — marcha relativamente rápido e como em todo período econômico ocorre essencialmente a mesma coisa, o mecanismo da troca econômica se opera com grande precisão. Os períodos econômicos passados governam a atividade do indivíduo. (Schumpeter, 1997, p.26).

No fluxo circular, de acordo com Schumpeter (1997), ocorre que em qualquer ponto do sistema econômico, a oferta de bem estará sempre sendo atendida por uma demanda. Isso implica que em nenhuma parte do sistema há mercadorias em posse de indivíduos que estão dispostos a trocá-las por esses bens, conforme condições definidas empiricamente. Do fato de que todos os bens encontram um mercado, conclui-se que o ciclo da vida econômica é fechado. Em outras palavras, os vendedores de todos os produtos voltam a aparecer como compradores, em quantidade suficiente, para adquirir os bens que sustentarão tanto seu consumo quanto seu equipamento produtivo no período econômico subsequente, mantendo o nível obtido até então, e vice-versa (Schumpeter, 1997).

As famílias e as empresas, consideradas individualmente, agem de acordo com elementos empiricamente dados e de maneira também empiricamente determinada. Schumpeter atenta que isso não significa que sua atividade econômica não possa sofrer mudanças. Os dados podem se alterar, e os agentes ajustarão suas ações em resposta a essas mudanças, assim que forem percebidas. No entanto, todos tenderão a manter os métodos econômicos convencionais e só se adaptarão às novas circunstâncias quando for estritamente necessário. Dessa forma, o sistema econômico não se modificará arbitrariamente por iniciativa própria, mas estará sempre vinculado ao estado anterior dos negócios.

Embora inicialmente possa parecer uma análise convencional de equilíbrio-desequilíbrio-novo equilíbrio, Schumpeter se distancia da abordagem ortodoxa na

TDE. De acordo com sua perspectiva, o desenvolvimento surge como resultado de perturbações no fluxo circular endógeno ao sistema.

Para romper tal fluxo circular é necessário a inovação, que inserida inicia a mudança estrutural da economia. Ainda em Burlamaqui (2007), o modelo de sistema de desenvolvimento proposto por Schumpeter inicia na decisão do empreendedor em inovar, que, ao observar uma oportunidade de mercado para lucrar, introduz novas combinações de produtos e métodos, e tendo sucesso acaba por obter lucros e receitas, que não seriam comuns no fluxo circular.

Em síntese veremos que para Schumpeter as inovações cumprem o papel crucial para o ciclo econômico. Iniciadas pelo empreendedor e capitalizadas com o crédito que é parte fundamental do processo, elas são necessárias para romper o fluxo circular e são a chave para compreender a expansão e contração da economia.

4 INOVAÇÃO

De acordo com Virgilio (2010), Schumpeter conceitua inovação, de forma sintética, como um processo que envolve uma nova combinação de matérias-primas e recursos. Além disso, conforme Burlamaqui (2007), a inovação implica em criar algo totalmente novo ou reinventar algo existente de maneira distinta e disruptiva. O desenvolvimento, por conseguinte, surge como resultado desse repentino rearranjo na combinação de recursos e forças. Para Schumpeter (1997) existem cinco meios de inovação:

- a introdução de um novo produto ou o aprimoramento de um produto já existente ao ponto de atrair consumidores que buscam novidades;
- a adoção de métodos de produção inéditos em determinada indústria mesmo que sejam baseados em descobertas científicas recentes. Esses métodos podem envolver estratégias inovadoras de comercialização;
- explorar novos mercados ainda não alcançados pela indústria local ou setores que já existiram anteriormente;
- descobrir novas fontes de matéria-prima ou produtos semimanufaturados, independentemente de sua existência prévia,
- reestruturar a organização de uma indústria, seja formando ou quebrando monopólios existentes

De acordo com Burlamaqui (2007), para a empresa que inova, os benefícios incluem aumentos de produtividade e desempenho, melhoria na qualidade e, muitas vezes, a monopolização temporária de uma nova oportunidade de mercado. Esse cenário resulta na obtenção de lucros extraordinários.

No âmbito da estrutura econômica, por sua vez a inovação conduz à criação de novos setores e ao rejuvenescimento dos setores já existentes. Em outras palavras, isso implica uma reciclagem contínua do espaço econômico, expandindo-o e revitalizando-o de maneira constante.

Para Burlamaqui (2007), tal visão de inovação proposta por Schumpeter é diferente da visão marxista e neoclássica. Para Marx o progresso técnico era

entendido como a melhoria das condições de exploração da força de trabalho, frequentemente associado à redução da necessidade de mão de obra. Para os neoclássicos era uma variação marginal da relação capital/trabalho.

Aqui cabe destacar a diferença entre invenção e inovação. Para Schumpeter (1997) a invenção é uma criação de algo novo. A inovação é fazer que a invenção tenha um fim comercial, sendo proveitosa para o consumidor e para o produtor. Assim nem toda invenção necessariamente se tornará uma inovação.

Conforme Haddad (2010) aponta, vemos que na teoria schumpeteriana a inovação tecnológica é a grande força motriz do desenvolvimento econômico, pois ao trazer novas tecnologias, acabaria por expulsar as tecnologias obsoletas. A mesma tecnologia traria um produto de qualidade superior ao consumidor e bem mais barato para as empresas, sintetizando em maiores receitas e melhor produtividade.

As inovações, que surgem em ondas ou aglomerados concentrados ao longo do tempo, são fundamentais para explicar os ciclos econômicos, conforme veremos adiante. Ela pode se manifestar, como vimos, na introdução de novos produtos, técnicas de produção, na abertura de novos mercados, ou na descoberta de novas fontes de matérias-primas e novas configurações industriais. O responsável por implementar essas novas combinações no sistema produtivo é o inovador, que pode ou não ser o inventor das inovações.

Schumpeter em sua obra investiga a origem das inovações, quem as gera e como são integradas à atividade econômica. Ele descarta a ideia de que as inovações derivam das necessidades dos consumidores, pois estes são geralmente agentes passivos na pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e processos de produção, os quais são rapidamente assimilados na rotina. Assim, o autor argumenta que as inovações surgem do lado da produção, onde a combinação de matéria-prima e processo de produção é essencial para criar algo que atenda às necessidades da sociedade (Haddad, 2010).

Burlamaqui (2007) em suas considerações sobre o modelo schumpeteriano destaca que o capitalismo, ao concentrar a energia humana nas atividades econômicas e ao recompensar a expansão do espaço econômico, estabelece um ambiente altamente propício para a implementação de novas ideias na esfera produtiva.

De acordo com Virgilio (2010), Schumpeter destaca a importância da resposta do ambiente social diante da inovação. Vemos que na obra de Schumpeter (1997) o

empreendedor desempenha um papel crucial ao enfrentar as resistências provenientes das tradições estabelecidas, que muitas vezes se tornam barreiras para a adoção de novos processos. Essas resistências podem surgir tanto da cultura da sociedade quanto de obstáculos legais, políticos e da própria hesitação dos consumidores em adotar mudanças. Isso mostra um exagero na ação do indivíduo como o centro de todo o processo e quase dotado de virtudes heroicas, conforme aponta Bittar et. al. (2014).

Conforme Nogami (2019), as inovações radicais ou sistêmicas exercem um impacto significativo no funcionamento de diversos mercados, deliberadamente alterando as estruturas de mercado. Caracterizam-se principalmente pela interrupção estrutural do modelo tecnológico anterior, seja pela introdução de um novo produto ou pela modificação na estrutura de produção, dando origem a novos ramos de atividade, mercados e indústrias. Como resultado, essas inovações reduzem os custos de produção e aumentam a qualidade dos produtos já existentes no mercado.

Por outro lado, as inovações incrementais ocorrem dentro de um contexto específico de investimentos, tempo e necessidades, em que a empresa gradualmente implementa melhorias e aperfeiçoamentos em seus produtos, equipamentos e métodos de fabricação.

Virgilio (2010) aponta que o efeito de inovações é desencadear o fenômeno que Schumpeter denominou "destruição criativa". De acordo com sua teoria, as empresas que resistem à inovação e permanecem antiquadas se veem obrigadas a competir com empresas inovadoras que oferecem produtos mais competitivos e com preços mais baixos. Como resultado, essas empresas antiquadas enfrentam a destruição ou a redução de seus mercados, deixando-lhes apenas a opção de falência ou adaptação. Sob essa perspectiva, o sistema econômico é concebido como um sistema evolutivo, onde o crescimento das empresas inovadoras leva à eliminação gradual das empresas não inovadoras ao longo do tempo.

Para garantir o retorno econômico dos investimentos em inovações bem-sucedidas, é essencial evitar que os ganhos monopolísticos sejam diluídos por imitação ou difusão. De acordo com Kupfer e Hasenclever (2012) qualquer inovação pode ser vista como resultado da busca pelo "lucro extraordinário". Isso proporciona vantagens competitivas em relação às outras empresas, que buscam se diferenciar umas das outras, seja em termos tecnológicos ou de mercado.

Uma crítica pertinente aos estudos de Schumpeter, e que será observada no decorrer deste trabalho, é a ausência do Estado ativamente no papel de desenvolvimento econômico. Para Burlamaqui (2007), na teoria schumpeteriana, o Estado deve apenas garantir a estabilidade do sistema para que os agentes possam agir. Oliveira (1993) aponta que, por isso, a obra de Schumpeter se aplica melhor aos países desenvolvidos, devendo ter uma adaptação nos países subdesenvolvidos.

Entretanto, Mazzucato (2014) aponta o erro dessas duas ideias. A primeira é o fato de o Estado ter um papel passivo na inovação. Mazzucato (2014) aponta o papel ativo dos Estados Unidos ao criar segmentos de mercado. Por exemplo as pesquisas em defesa do governo norte americano foram responsáveis pelo desenvolvimento do setor de informática, com a criação e aprimoramento de computadores. Bem como o desenvolvimento dentro dos setores da Energia Nuclear e da Biotecnologia. Isso já contesta em paralelo a ideia de Oliveira (1993), pois o Estados Unidos, símbolo de país desenvolvido e do liberalismo econômico, teve seu Estado ativamente agindo na inovação.

Outra problemática em relação à inovação é sobre seu desaparecimento. Schumpeter (1961) aponta que a inovação se tornaria algo rotineiro relegado ao campo das grandes empresas e seus departamentos de pesquisa. Nelson (2006) aponta que tal processo nunca se verificou. Ao contrário, no processo de desenvolvimento capitalista vários meios de pesquisa e desenvolvimento (P&D) se desenvolveram: pelas universidades, agências públicas estatais, centros de pesquisa, entre outros. Por isso Nelson (2006) comenta:

E o prognóstico de Schumpeter de que, à medida que a ciência avançasse mais vigorosamente, as inovações técnicas tornar-se-iam previsíveis e rotineiras acabou resultando um engano (Nelson, 2006, p.137)

Feitos tais apontamentos sobre a inovação, a seguir trataremos do empreendedor e seu papel no sistema schumpeteriano.

4.1 O EMPREENDEDOR

Na TDE o Empreendedor não é o executivo empresarial comum. Ao contrário, tem papel crucial na busca por inovações, buscando romper tradições antigas e criar novos direcionamentos dos fluxos econômicos.

Schumpeter entende que o empresário é aquele que quebra o modelo walrasiano em seu fluxo circular, sendo uma das forças disruptivas do equilíbrio. Considerando a inexistência de lucro e juros no fluxo circular, apenas no desenvolvimento econômico, por meio da inovação existiria lucro. Portanto, ao buscar inovar, criando lucros e um novo direcionamento do sistema econômico, o empresário não responde ao desequilíbrio, mas ele o cria. São esses desequilíbrios que desencadeiam o desenvolvimento econômico (Redondo, 1997).

De acordo com Amaro (2024), Schumpeter buscou distinguir o empreendedor do capitalista, colocando o primeiro como um grupo privilegiado. Para ele o que diferencia um empreendedor do empresário ou capitalista e trabalhador é que o empreendedor inova.

Amaro (2024) em seu artigo ressalta que essa diferenciação entre o empreendedor e o capitalista foi ocasionada pela evolução nos métodos de financiamento. O autor ainda aponta que, segundo Schumpeter, fica evidente que a ligação entre a propriedade e o funcionamento da indústria não era obrigatória. Por isso, a teoria do risco empresarial muda. Se ter ou não capital não define o empreendedor, assumir riscos também não. Por isso quem assume risco agora é o capitalista e ele é quem perde o dinheiro em falência.

Isso implica, conforme Burlamaqui (2007), que o risco e a incerteza também são assumidos pelo capitalista. Aponta que esse agente desempenha, juntamente com o empresário, um papel decisivo no processo de desenvolvimento econômico. Consequentemente o juro bancário é uma compensação pela inovação, assemelhando ao lucro do empreendedor, conforme veremos adiante.

Essa idealização do empreendedor schumpeteriano pode ser explicada no contexto de sua origem, sendo influenciada sobretudo pelo tipo de Líder Carismático de Weber, mas também por Friedrich Nietzsche conforme Santarelli e Pesciarelli (1990), devido à semelhança do “super-homem” de sua teoria ir contra todo tipo de conformismo ou comportamento de massas, analogamente ao empreendedor schumpeteriano que enfrenta os obstáculos na busca por inovar.

Um ponto importante sobre o Empreendedor é que ele é o devedor típico da sociedade capitalista, e para que possa criar as inovações e levar ao desenvolvimento econômico, é necessário que ele se endivide, como aponta Schumpeter:

Se ele não o conseguir, então obviamente não pode tornar-se empresário. Nisso não há nada de fictício; é meramente a formulação de fatos geralmente conhecidos. Ele só pode tornar-se empresário ao tornar-se previamente um devedor. Torna-se um devedor em consequência da lógica do processo de desenvolvimento, ou, para dizê-lo ainda de outra maneira, sua conversão em devedor surge da necessidade do caso e não é algo anormal, um evento acidental a ser explicado por circunstâncias particulares. O que ele quer primeiro é crédito. Antes de requerer qualquer espécie de bens, requer poder de compra. É o devedor típico na sociedade capitalista (Schumpeter, 1997, p.101).

Em seu livro, Schumpeter aponta que o empreendedor, em uma perspectiva mais abrangente, também assume uma dívida com a sociedade. Ele recebe recursos da corrente social sem antes ter contribuído com algo para ela. Nessa ótica, ele é, por assim dizer, devedor para com a sociedade. São-lhe concedidos recursos para os quais ele não tem aquele direito para que possa inovar.

Outro ponto importante da teoria schumpeteriana e essencial para que a inovação e os benefícios destas decorrentes é a capacidade da persuasão do empreendedor em fazer que os consumidores adquiram seu produto. Para Schumpeter cabe ao empreendedor (ou produtor) introduzir o produto no mercado e fazê-lo ter demanda, conforme evidência em passagem:

É, contudo, o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores, se necessário, são por ele 'educados'; eles são, por assim dizer, ensinados a desejar novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que têm o hábito de consumir. (Schumpeter, 1997, p. 76)

É importante ressaltar que Schumpeter foi um dos primeiros entre os economistas mais célebres a resgatar e destacar o papel do empreendedor na teoria econômica.

Embora o conceito de empreendedor exista junto com o nascimento da denominada ciência econômica, ele nunca foi alvo de grande atenção ou teorização por parte dos economistas políticos. Os clássicos não ignoram a existência e função do empreendedor, mas não distinguem o lucro do empresário e o retorno de capital;

a função para Smith era de acumular capital e administrar o negócio. Não havia distinção de empresário e capitalista.

De acordo com Bittar, Bastos e Moreira. (2014), o primeiro a se preocupar com o papel do empreendedor foi Richard Cantillon já no século XVIII. Porém entre os mais conhecidos destaca-se a visão de Jean Baptiste Say. Say concebe o empreendedor como aquele que utilizando do conhecimento científico disponível, combinava diferentes meios de produção para produzir produtos úteis.

Conforme Amaro (2024) e sobretudo Bittar (2014), por ter ampliado esse conceito ao enfatizar a importância central do empreendedor no ciclo de produção e distribuição, além de ser creditado por diferenciar entre empreendedores e capitalistas por meio da análise de seus rendimentos, Say pode ser reconhecido como o pioneiro na definição das atribuições do empreendedor, vendo-o como um "coordenador" da produção e distribuição, algo reconhecido pelo próprio Schumpeter

Contudo, com o advento da Revolução Marginalista, o papel do empreendedor acabou por desaparecer totalmente da teoria econômica convencional. Como no modelo walrasiano os trabalhadores e gestores são pagos pelo seu trabalho, pouco ou nada sobra de valor residual que possa ser um lucro baseado na inovação ou risco. Assim para Blaug (1986⁴ apud Amaro 2024) não é possível desenhar um papel do empreendedor e da inovação, já que neste modelo o capitalista e empresário são os mesmos indivíduos.

Outro ponto que o separa Schumpeter dos neoclássicos é em relação a tomada de decisão empresarial. De acordo com Nelson (2006,) a ideia de maximização de lucros não tem sentido na teoria de Schumpeter de desenvolvimento, apenas no fluxo circular.

A relevância do empreendedor, muitas vezes subestimada nas teorias econômicas tradicionais que se concentram no equilíbrio, é enfatizada na teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter (1997), como apontado por Bittar, Bastos e Moreira (2014). Schumpeter introduziu uma abordagem inovadora que desafiou o paradigma estabelecido, ao reconhecer o papel crucial do empreendedor na dinâmica econômica.

⁴ BLAUG, M. Entrepreneurship Before and After Schumpeter. In: **Economic History and The History of Economics**. Brighton: Wheatsheaf Books, 1986. p.219-230

Ao elaborar sua teoria, Schumpeter provocou uma mudança significativa no pensamento econômico, reconhecendo as contribuições de economistas anteriores, como Jean-Baptiste Say. No entanto, críticas são dirigidas a Schumpeter por sua ênfase excessiva no papel do empreendedor individual, às vezes retratado como quase sobre-humano, com características extraordinárias (Aldrich, 2005). Essa abordagem tende a diminuir a importância das instituições e das empresas em sua análise, como apontado por e (Devine 2002⁵ apud Bittar, Bastos e Moreira 2014).

É interessante analisar que a visão do Empreendedor teve mudanças significativas ao decorrer da obra e vida de Schumpeter, embora haja autores que discordam dessa visão, conforme Bittar, Bastos e Moreira (2014).

Na obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia* vemos em seu capítulo 12, a chamada “obsolescência do empreendedor”. Neste capítulo, Schumpeter argumenta que, quando os métodos de produção atingirem um nível máximo de melhorias adicionais, o capitalismo tende a se tornar cada vez mais estagnado. Isso resultaria na perda de relevância do empreendedor e abriria espaço para um tipo de Estado dirigido moderado que surgiria naturalmente. Assim, na CSD fica evidente a decadência e a tendência do desaparecimento do empreendedor que seria substituído por um corpo técnico responsável pelas inovações (Schumpeter, 1961).

De acordo com Mccraw (2012), a *Teoria do Desenvolvimento Econômico* recuperou a imagem do empreendedor e do capitalista ao retirar a imagem de parasitários do sistema e de os colocar como benéficos para a sociedade. Portanto, ao gerarem as inovações e empregos advindos delas, tais membros merecem todas as riquezas conquistadas.

Por último faz se mister lembrar os escritos de Paul Sweezy em relação ao modelo schumpeteriano e o empreendedor. Sweezy (1962) questiona se a ideia principal do empreendedor é apenas criar um legado ou obter riqueza, pois aponta que no modelo schumpeteriano pode não existir uma relevância para a ascensão social. Por isso, Sweezy (1962) acredita que o empreendedor inova para sobreviver. O processo concorrencial capitalista o obriga a inovar para que ele não se torne obsoleto e tenha prejuízos que o leve a falência. Esse caráter predatório e competitivo do capitalismo será exposto adiante.

⁵ DEVINE, P. The institutional context of entrepreneurial activity. In: DEVINE, P.; FIKRET, A. F. **Economy and society: money, capitalism and transition**. London: Black Rose Books, 2002.

4.2 O PROCESSO CONCORRENCIAL SCHUMPETERIANO

De acordo com Haddad (2010), as empresas estão constantemente em uma corrida para se destacar umas das outras, utilizando estratégias que buscam criar vantagens competitivas e lucros monopolistas. O surgimento de uma nova oportunidade ou inovação pode resultar na formação de monopólios, e se esses serão ou não eventualmente suplantados por outras empresas concorrentes que também inovam ou imitam, é algo imprevisível.

Para Haddad (2010), as estruturas de mercado desempenham um papel crucial, pois impulsionam a dinâmica industrial e influenciam as estratégias competitivas das empresas. A política de concorrência schumpeteriana não é sobre competição de preços, mas sim a competição na busca de inovações (Nelson, 2006).

Para Schumpeter, o modelo econômico capitalista é impulsionado por surtos de inovação. O principal impulsionador em uma região não explorada é o inventor, que concebe a invenção, e o empresário (seja uma empresa ou um indivíduo) que faz a invenção ser produzida e comercializada, ou seja, a transforma em inovação.

Assim para Schumpeter, as inovações são caracterizadas como mudanças endógenas, ou seja, são mudanças de dentro do sistema, descontínuas e não reações a alterações externas ao processo iniciadas pela ação empreendedora. Tais mudanças implicam em reações não adaptativas, que ocorrem dentro do sistema e são responsáveis por gerar as alterações no sistema econômico e rompem o fluxo circular:

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico” (Schumpeter, 1997, p.74)

Como as inovações não se distribuem uniformemente ao longo do tempo, o desenvolvimento, segundo Schumpeter, progride gradualmente, uma vez que essas inovações ocorrem de maneira intensa apenas em certos períodos do ciclo

econômico. É somente com a chegada delas que se torna viável o início de novos empreendimentos e o surgimento de novos empresários.

Estes novos empresários, por sua vez, não enfrentam as dificuldades típicas do início de um negócio, uma vez que essas se tornam menos intensas devido à ação dos empresários pioneiros, que acabam sendo imitados pelos recém-chegados ao mercado. Assim, os novos empreendedores são atraídos pela perspectiva de lucro em determinados setores, o que os incentiva a ingressar no mesmo ramo de negócios ou em atividades similares.

Haddad (2010) aponta que a sobrevivência das empresas está intrinsecamente ligada à sua capacidade de se adaptar continuamente ao ambiente socioeconômico. Somente assim conseguem manter-se competitivas em mercados onde as empresas líderes já adotaram inovações tecnológicas. Os empresários introduzem novas tecnologias, matérias-primas e métodos de produção, todos os quais são posteriormente imitados por outros setores, desencadeando um processo cumulativo de crescimento.

De acordo com Carneiro (2003⁶ apud Haddad 2010), para Schumpeter a inovação não é meramente uma manifestação intelectual, mas sim a expressão da vontade de um indivíduo. As fortunas empresariais são frequentemente resultantes de empreendimentos inovadores bem-sucedidos. Em outras palavras, um processo de inovação em uma indústria serve como catalisador para todos os fenômenos relacionados a crédito e capital. O crédito desempenha um papel essencial nesse processo de inovação, o qual é marcado por interrupções e está intimamente ligado às novas empresas, que enfrentam custos substanciais antes de gerar qualquer retorno proveniente da inovação.

Por isso que, para Haddad (2010), Schumpeter interpreta o sistema capitalista como um processo evolutivo: empresas inovadoras têm a capacidade de expandir e, assim, provocar o desaparecimento das empresas que não inovam. Isso gera um processo conhecido como destruição criativa. O mesmo ocorre com produtos: o surgimento de inovações (novos produtos) leva os produtos existentes no mercado a serem retirados por sua obsolescência.

⁶ CARNEIRO, R. **Os clássicos da economia**. v. 2. São Paulo: Ática, 2003.

A teoria da inovação de Schumpeter está interligada à teoria do empreendedor inovador e ao conceito crucial de destruição criativa, o que implica que essa teoria é marcada por instabilidades no sistema econômico.

Na visão de Schumpeter, a dinâmica econômica é explicada pela introdução de inovações pelos empresários, que trazem novas combinações dos fatores já disponíveis no mercado através do processo de destruição criativa. Por isso que ele afirma que, por essa razão, o capitalismo pode ser entendido como um modelo evolutivo.

Entretanto, como veremos adiante, Burlamarqui e Kattel (2017) apontam que no trabalho de Schumpeter o núcleo do processo econômico de desenvolvimento não se restringe à inovação. Ele nasce de interações virtuosas entre o crédito, empreendedorismo e a competição por meio da inovação, o que se forma enquanto conflito pela sobrevivência e o crescimento em um ambiente estruturalmente incerto. A seguir trataremos do meio que possibilita a inovação: o crédito.

5 A AÇÃO DO CRÉDITO NO MODELO SCHUMPETERIANO

O crédito no sistema econômico de Schumpeter acaba por ter diferentes funcionalidades a depender de qual processo econômico a economia está vivenciando. Inicialmente trataremos do papel do crédito no fluxo circular e posteriormente no processo de desenvolvimento econômico.

5.1 O CRÉDITO NO FLUXO CIRCULAR

De acordo com Schumpeter (1997), o crédito não tem influência no Fluxo Circular. A quantidade de crédito em circulação nada afeta a economia circular, bem como o montante de moeda (Dinheiro). A função do crédito no curto prazo apenas seria substituir a moeda emitida. Inclusive Schumpeter comenta que o processo produtivo no fluxo circular pode ser conduzido com crédito ao invés de moeda

Obviamente toda a circulação de uma economia sem desenvolvimento também pode consistir em meios de pagamento creditícios. Como esses meios de pagamento, contudo, funcionariam exatamente como o dinheiro metálico por serem “certificados” dos bens existentes e dos serviços passados e como não há, portanto, nenhuma diferença essencial entre eles e o dinheiro metálico, ao usar esse recurso expositivo apenas indicamos que o que consideramos como o elemento essencial no fenômeno do crédito não pode ser encontrado no crédito corrente dentro do fluxo circular (Schumpeter, 1997, p.110)

A moeda em Schumpeter, de acordo com Messori (2002), equivale ao poder de compra utilizado pelos produtores para adquirir os serviços dos fatores de produção (trabalho e terra) ou à renda monetária gasta pelos detentores desses fatores no mercado de bens de consumo durante um período específico. Nisso Schumpeter aponta

Em qualquer momento uma dada quantidade de poder de compra está disponível para adquirir a quantidade existente de serviços produtivos originais, para então passá-los às mãos de seus proprietários e depois serem gastos novamente em bens de consumo” (Schumpeter, 1997, p.111-112)

Além disso, o dinheiro serve como unidade geral de conta para sociedade, onde são denominados os preços.

Souza (2007) assinala que o produtor não necessita do crédito pois as receitas do fluxo circular financiam a própria produção e reitera no início de seu capítulo sobre a teoria schumpeteriana que o crédito no curto prazo apenas é um método alternativo ao uso da moeda. Também assinala que “o próprio dinheiro no fluxo circular constitui um véu monetário” (Souza, 2007, p.127).

Ainda em sua análise, Schumpeter (1997) exclui o crédito para consumo por acreditar que o crédito é essencialmente um produto para indústria. Em suas palavras:

Não faz parte da natureza econômica de nenhum indivíduo que deva contrair empréstimos para o consumo nem da natureza de nenhum processo produtivo que os participantes devam incorrer em dívidas para o propósito de seu consumo. Portanto o fenômeno do crédito ao consumo não tem maior interesse para nós aqui, e, a despeito de toda a sua importância prática, o excluimos de nossa consideração. (Schumpeter, 1997, p.108)

Embora reconheça a existência de créditos para consumo ou para entender a emergências de empresas, Schumpeter entende que eles não têm um elevado volume dentro do sistema econômico e nem afetam o fluxo circular em sua estrutura, podendo assim ser desconsiderado para análises.

Tal condição do crédito muito se deve a própria condição estacionária do fluxo circular. Assim o crédito é uma incorporação da moeda, em nada afetando a economia em suas variáveis no curto prazo, conforme Schumpeter aponta:

No fluxo circular, do qual sempre partimos, os mesmos produtos são produzidos todos os anos da mesma maneira. Para cada oferta existe à espera uma demanda correspondente em algum lugar do sistema econômico, para cada demanda, uma oferta correspondente. Todos os bens são negociados a preços determinados com oscilações simplesmente insignificantes, de modo que se pode considerar que toda unidade de dinheiro percorre o mesmo caminho em cada período. (Schumpeter, 1997, p.111-112)

Assim, para Schumpeter, um dos paradigmas clássicos fica evidenciados no seu fluxo circular: A Lei de Say⁷, além da visão de que a moeda é apenas um véu monetário de acordo com Oliveira (1993), que mostra apenas como um reflexo da

⁷ De acordo com Sandroni (1999), a Lei de Say estabelece que para cada produto ofertado haverá uma demanda correspondente. Assim a soma de tudo aquilo produzido será equivalente a tudo aquilo que for comprado, representando um modelo de equilíbrio econômico

quantidade de produtos transacionada. Portanto, se conclui que derivando das características estacionárias do fluxo circular é evidente que o crédito não tem nenhum papel relevante no curto prazo.

5.2 O CRÉDITO COMO CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Se no fluxo circular o crédito não desempenha papel relevante, para romper tal fluxo e iniciar o processo de desenvolvimento ele é fundamental. De acordo com Schumpeter, para que se possa ocorrer o crescimento econômico é necessário a inovação. Para existir tal inovação, é necessário o crédito. Nas palavras de Schumpeter, sem o crédito o desenvolvimento econômico não pode ocorrer:

Ainda mais, vê-se imediatamente, a partir dos argumentos do capítulo II, que o correlato da tese também é válido, a saber, a afirmação de que onde não há nenhum poder direto dos líderes de dispor dos meios de produção, o desenvolvimento é em princípio impossível sem o crédito. (Schumpeter, 1997, p.110)

Sendo inexistentes as poupanças geradas pelo fluxo circular da economia para financiar as inovações, há a necessidade de se recorrer ao crédito para fornecimento dos recursos demandados pelo inovador (Schumpeter, 1997). A fonte desses recursos pode advir da capacidade que os bancos têm de criar poder de compra e/ou dos fundos gerados pelas inovações que lograram sucesso, embora o último caso seja possível apenas após lucros auferidos de processos inovativos anteriores.

A ligação entre as inovações e o crédito é de fundamental importância para essa abordagem. Segundo Schumpeter (1997), o crédito é essencial ao processo econômico, pois parte das inovações são financiadas por crédito bancário. Vale dizer que o empresário inovador necessita de crédito:

A concessão de crédito opera como uma ordem para o sistema econômico acomodar os propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas. (Schumpeter, 1997, p.110)

Para Schumpeter (1997), a função primordial do crédito é habilitar o empresário a obter os meios de produção necessários para reorganizar as atividades

anteriores e assim criar uma atividade, dando novo prosseguimento ao rumo da economia

Por isso, Shapiro (1981⁸ apud Shikida e Bacha 1998) analisa o crédito em Schumpeter distinguindo dois períodos: expansão e contração. Na expansão, as inovações, financiadas pelo crédito bancário, combinam otimismo excessivo e especulação, resultando na chamada inflação creditícia, que é temporária. Na contração, ocorrem falências de empresas que não conseguem se ajustar às inovações, levando a uma redução geral do crédito e a uma queda nos preços. À medida que os empresários pagam suas dívidas, o processo deflacionário se intensifica.

A oferta de crédito é determinada pelos capitalistas. Embora o empresário inovador seja o pioneiro na introdução de novos processos, produtos ou formas de organização, e, portanto, um tomador de crédito, ele não é um tomador de riscos. Na abordagem schumpeteriana, o credor é quem assume os riscos do investimento, pois o risco não é parte da função empresarial, mas da função capitalista (Schumpeter, 1997). No entanto, observa-se que, embora os empresários não assumam riscos, eles podem ter vínculos temporários com empresas individuais, como financistas ou empreendedores.

Mesmo que o empresário se autofinancie pelos lucros anteriores, ou que contribua com os meios de produção pertencentes ao seu negócio 'estático', o risco recai sobre ele enquanto capitalista ou possuidor de bens, não enquanto empresário. (Schumpeter, 1997, p.92-93).

Conforme comentado anteriormente, o crédito não pode ser fundamentado na poupança dos indivíduos da sociedade, ele só pode se expressar na forma de meios de pagamento baseados em crédito, criados *ad hoc*, que não possuem respaldo em dinheiro propriamente dito, nem em produtos já existentes.

Por isso o crédito não vem da poupança. Ele surge pelos capitalistas que o criam, sendo o banqueiro não um intermediador, mas sim o criador da moeda. O quartel general do sistema capitalista é o mercado financeiro como provedor de crédito, conforme comentado por Schumpeter no terceiro capítulo da TDE.

⁸ SHAPIRO, E. **Análise macroeconômica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1981

Uma vez que o crédito, no caso em que é essencial ao processo econômico, só pode ser concedido a partir de tais meios de pagamento recém-criados (desde que não haja nenhum resultado de desenvolvimento prévio). (Schumpeter 1997, p.110).

A parte em parênteses merece atenção particular. Com os lucros puros da inovação poderá se criar uma poupança que financie inovações e investimentos posteriores. Posteriormente Schumpeter admite no livro *Capitalismo Socialismo e Democracia* que com o crescimento das empresas e sua possibilidade de autofinanciamento não haverá necessidade do crédito inovativo.

Rosales e Romero (2021) e Oliveira (1993) comentam que a criação de crédito se trata da emissão de cédulas não lastreadas em dinheiro por meio de crédito, o que é viável em um sistema bancário que opera com reservas fracionárias. Devido ao seu funcionamento, o sistema bancário possui certa flexibilidade para conceder crédito.

Portanto, não é uma criação ilimitada, uma vez que os bancos precisam manter um certo volume de reservas para evitar riscos de liquidez. Os autores entendem que a forma externa dos instrumentos de crédito é irrelevante, geralmente sendo a nota não lastreada em dinheiro. O empréstimo permitirá ao empresário oferecer mais do que os produtores anteriores, mantendo os meios de produção necessários. Em outras palavras, para os autores o crédito bancário é o capital com o qual o empreendedor opera.

A necessidade do crédito se dá sobretudo pelo fato de que inovações não conseguiriam ser financiadas nas condições do fluxo circular devido a dois fatos, conforme aponta Oliveira (1993). O primeiro problema deriva de a inovação requerer o uso de meios de produção já existentes na economia. Dado o caráter intrínseco da estabilidade e previsibilidade do Fluxo Circular, as suas receitas também serão. Aliado a isso, dada a condição de lucros puros zerados, não haveria uma receita extra para fazer face aos investimentos necessários. O outro problema seria a retirada de atividades já ordenadas no fluxo circular para serem realizadas em outras, perdendo então uma fonte de receita. Por solução, portanto, seria inicialmente o uso do crédito bancário.

Ulgen (2013) aponta que a estrutura de crédito se expande não apenas além da base monetária existente, mas também além da base de bens disponíveis. Como para implementar suas novas combinações o indivíduo necessita de crédito, o banqueiro facilita essa dinâmica e autoriza as pessoas, em nome da sociedade, a

realizá-las. Portanto o banqueiro é o éforo da economia de troca. Seguindo seu plano, o empreendedor elabora uma estratégia de financiamento. Se essa demanda monetária é atendida pelos bancos, o empresário estabelece um nível de emprego e remunera os trabalhadores em dinheiro.

Concomitante a isso, Minsky (1993) aponta que o dinheiro e as instituições do mercado monetário, principalmente os bancos, proporcionam os meios pelos quais a ruptura do fluxo circular estacionário ocorre. Não apenas o desenvolvimento - que pode se traduzir em acumulação - mas também o lucro, os juros e o próprio espírito do capitalismo dependem da existência de um mecanismo financeiro através do qual os recursos possam ser "desviados" do fluxo circular e disponibilizados para o empreendedor.

Nesse sentido, Schumpeter argumenta que os dispositivos institucionais, legais e de crédito precisam ser criados em alinhamento com as inovações. Ele também considera que o sistema financeiro é essencial para o surgimento e consolidação das grandes corporações – outra engrenagem crucial do capitalismo – e sua estrutura deve estar em consonância com a lógica dos ciclos de negócios.

Assim, como aponta Ulgen (2013) mesmo não tratando de forma direta sobre a inovação financeira, ela também desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico. No entanto é importante reconhecer como elas são fontes também de instabilidade, sobretudo se desregulamentadas.

Por isso, Minsky (1993) conclui que é importante destacar que essa institucionalidade é flexível o suficiente para permitir certos tipos de comportamentos diferenciados, especialmente aqueles envolvidos na inovação. As propostas schumpeterianas para o desenvolvimento tratam a inovação como uma força descontínua e disruptiva. As inovações não emergem dos padrões estabelecidos de funcionamento do sistema, mas sim da disposição de certos agentes econômicos em “nadar contra a corrente”. As instituições creditícias devem possibilitar que isso aconteça.

Nisso deve-se atentar ao papel do empreendedor em fazer com que o mercado financeiro o financie, crendo que sua inovação é viável e lucrativa. Conforme McCraw (2012) há um jogo expectacional neste mercado creditício. A argumentação deve ser tão plausível que torne a expectativa positiva ao ponto de financiamento.

De acordo com Shikida e Bacha (1998), o juro resultante do financiamento de uma inovação é um fenômeno relacionado ao valor e um componente do preço,

atuando como uma espécie de imposto sobre o lucro empresarial. Vale dizer, “o excedente que constitui a base do juro, sendo um excedente de valor, só pode surgir como uma expressão do valor” (Schumpeter, 1997, p.123). Assim, em Schumpeter, o juro é considerado originário da atividade inovadora, além de fricções ou monopólios, ou seja, do próprio lucro empresarial (Cruz, 1988).

De acordo com Rosalis e Romero (2021), para Schumpeter tais juros são excedentes líquidos resultantes do desenvolvimento e são divididos em duas categorias: ganhos de capital explicados pela implementação da inovação e ganhos de capital decorrentes das repercussões do desenvolvimento.

Portanto, para Schumpeter (1997), à medida que o crédito possibilita esse ganho, o banco está em posição de exigir juros. O lucro é expresso pela diferença da receita que o empresário espera obter e o crédito acrescido de juros que ele pagará ao banqueiro pelo dinheiro emprestado. Sem crédito, que é o capital que o empreendedor utiliza para obter lucro, não é possível implementar o processo inovador. Portanto, o limite máximo dos juros é determinado pelo lucro do empresário, enquanto o limite mínimo é o que prevalece no país, sem possibilidade de alteração pelos bancos.

Schumpeter (1997) define o capital como um elemento na economia de trocas, um meio pelo qual o empresário obtém os insumos necessários para realizar novas combinações. Portanto, é a soma dos meios de pagamento (fundo de poder aquisitivo) disponíveis para transferência aos empresários. Conforme Oliveira (1993) não se trata de um estoque material de bens de produção, mas sim como uma "poupança" ou fundo de compra para pagamento dos recursos. Ainda para o autor, o capital só presta papel relevante na fase do desenvolvimento, tendo nenhum papel no fluxo circular.

5.3 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM O CRÉDITO

Oliveira (1993) explicita o funcionamento da operação de crédito da seguinte forma: com o empresário schumpeteriano demandando crédito para comprar os fatores a fim de prosseguir com sua inovação, buscando convencer o banqueiro a lhe conceder o empréstimo.

Como vimos, existe um limite na concessão de crédito pelo banqueiro, e feita a seleção daqueles que são viáveis, são concedidos aos empreendedores o crédito bancário, de forma que o banco financia todo o negócio do empreendedor.

Com o crédito bancário, o empreendedor compra as matérias primas e contrata os trabalhadores, os retirando de suas outras atividades, pois os recursos utilizados das inovações são combinações de meios já criados (Oliveira, 1993)

Schumpeter (1997) aponta que ocorreria uma inflação neste processo dado o pleno emprego de fatores e o aumento da demanda por tais fatores. No entanto, Oliveira (1993) salienta que com a inovação sendo bem-sucedida, o empresário acaba por fazer o produto social crescer visto que seus bens possuem um valor maior que o crédito emprestado.

Assim o valor adicionado ao produto social excede o valor de crédito existente, e a equivalência entre o dinheiro e as mercadorias é mais do que restabelecida, e a inflação creditícia é eliminada. (Oliveira, 1993, p.81).

Messori (2002) aponta que é essencial salientar o caráter transitório e as ramificações econômicas da inflação de crédito. Conforme indicado pela análise anterior, essa inflação não deve ser vista como uma falha no funcionamento do sistema econômico que poderia ser remediada por meio de políticas monetárias restritivas. Pelo contrário, deve ser reconhecida como uma consequência inevitável dos mecanismos redistributivos que sustentam o desenvolvimento econômico e gradualmente se disseminam para todos os consumidores:

It is important to stress the temporary character and the economic functions of credit inflation. As the previous analysis shows, this inflation cannot be interpreted as a distortion in the working of the economic system which could be avoided or corrected by means of a restrictive monetary policy (cf. Schumpeter (1925b)). (Messori, 2002, p.33).

Assim, portanto, de acordo com Messori (2002), Schumpeter sustenta que tentativas de estabilizar o nível geral de preços para evitar a inflação do crédito em um ciclo de duas fases teriam o efeito indesejado de conter qualquer avanço e de manter o sistema econômico estagnado ou dependente de crescimento exógeno. Schumpeter também observa que as flutuações de preços são distorcivas e, portanto, devem ser controladas e corrigidas apenas quando deixam de ser uma das

consequências normais dos processos inovadores e começam a refletir comportamentos especulativos:

Schumpeter (e.g. (1925a) and (1927a)) maintains that any attempt to stabilize the general level of prices, in order to avoid the credit inflation in a two-phase cycle, would have the undesired effect of preventing any development and of binding the economic system to the stationary state or to exogenous growth³³. Schumpeter adds that price swings are distorsionary, and hence must be controlled and corrected, only when they cease to be one of the normal consequences of the innovative processes and become the result of speculative behaviors which are typical of the four-phase cycle. (Messori, 2002, p.33).

Além disso, Schumpeter salienta que:

(...) nenhuma inflação pode ser imediatamente prejudicial aos interesses dos trabalhadores, se e na medida em que o novo poder de compra deve primeiro atuar sobre os salários antes que possa afetar os preços dos bens de consumo. (Schumpeter, 1997, p.222).

Feito o pagamento do juro e do crédito e iniciando o processo deflacionário, ainda sobrar um saldo credor ao empreendedor que é o lucro puro. Conforme Oliveira (1993), o lucro surge somente da inovação, onde as receitas são maiores que os custos. A introdução de novas tecnologias acaba por possibilitar um custo menor que o preço de venda. Além disso, o lucro é totalmente temporário pois com a onda de imitações, os preços se diluirão e o lucro desaparecerá. Assim para Schumpeter, o lucro não se origina da inflação, nem da renda de capitais. Tampouco é um prêmio de risco para o empreendedor, tendo em vista que o único que corre risco é o banqueiro capitalista.

Para sintetizar tal processo, utilizaremos o trabalho de Seo (2017) que se baseia nos estudos de Minsky e busca estruturar as fases do desenvolvimento econômico proposto por Schumpeter. Para o autor, há um processo de cinco etapas do circuito monetário schumpeteriano.

A primeira etapa envolve as empresas produzindo seus bens e determinando seus preços. Embora enfrentem um futuro incerto, isso não é um problema sério porque utilizam fundos criados pelos bancos.

A segunda etapa é o início do financiamento e a criação endógena de dinheiro. Os recursos criados pelos bancos devem ser suficientes para atender à demanda

adicional das empresas empreendedoras, cobrindo pelo menos seus gastos com salários e matérias-primas.

A terceira etapa é a criação do fluxo de renda. Nessa fase, a renda deve ser paga antes que as mercadorias produzidas sejam vendidas ou realizadas. Embora Schumpeter não tenha examinado explicitamente o pagamento de renda, na teoria do circuito monetário considera-se claramente o intervalo de tempo entre a produção das mercadorias e o pagamento da renda, alinhando-se à perspectiva de Schumpeter.

A quarta etapa é o retorno monetário e a criação de lucro. Quando os produtos são vendidos e o dinheiro é pago às empresas, suas dívidas desaparecem com o reembolso aos bancos, concluindo o processo do circuito monetário. Os custos de juros dos empréstimos são menores se as empresas pagarem mais cedo, e o dinheiro restante se torna o lucro empresarial.

Por isso, Seo (2019) conclui que a ideia de que a moeda é apenas um véu cobrindo a economia real, tradicionalmente associada à teoria quantitativa da moeda, deve ser rejeitada na teoria schumpeteriana de desenvolvimento, pois, no contexto do desenvolvimento econômico, a moeda, sob a forma de crédito, intervém diretamente na economia real. Schumpeter reconheceu que a moeda desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico, caracterizando a economia como uma economia monetária. De acordo com Seo (2019), Schumpeter compartilhou essa visão com Keynes em sua *Teoria Geral*, com ambos os economistas buscando afastar-se da teoria quantitativa da moeda. No entanto, isso não implica que a teoria de Schumpeter deva ser categorizada como uma teoria monetária dos ciclos econômicos⁹.

Ainda nessa linha, Minsky (1993) tenta traçar um paralelo entre Schumpeter e Keynes, que foram contemporâneos. Buscando aprofundar o lado monetário de Schumpeter, Minsky propõe que Schumpeter evidenciou o sentido da Moeda se originaria dentro do próprio sistema econômico sendo pioneiro nisso junto com Keynes:

⁹ A Teoria Monetária dos Ciclos Econômicos, de acordo com Barros (2020), sustenta que a expansão monetária e creditícia causa prejuízo a atividade econômica pela expansão artificial e que as distorções causadas levarão a recessão. Como veremos em breve, para Schumpeter é a falta de inovação que implica em fases recessivas da economia.

In the newer readings of Keynes money is endogenous; it grows out of the financing of industry and trade. Schumpeter's vision of money was that it emerged out of the credit apparatus of the economy. Keynes and Schumpeter had similar visions of the role of the monetary mechanism. (Minsky, 1993, p.14).

Segundo Calazans (1982), o papel central que o crédito e sua criação *ad hoc* tem uma implicação de que os conceitos neoclássicos de abstinência e parcimônia necessária para se poupar para investir posteriormente é desnecessário. Bem como o sentido de divisão de classes acaba por ser desnecessário pois o empresário para ascender ao mundo dos negócios precisa apenas de meios de pagamento e não ser dono dos meios de produção e nem é necessário uma acumulação previa para tal acesso, o que afasta da visão marxista para a produção. Essa facilidade na concessão de crédito para inovar e empreender, sem depender de uma posição social ou um perfil confiável para receber crédito acaba por ser dissonante da realidade (Calazans, 1992).

A seguir trataremos daquele que oferta o crédito e acaba por ter um papel crucial no desenvolvimento econômico: o capitalista.

5.4 O PAPEL DO CAPITALISTA: O ÉFORO

Minsky (1993) diz por sua vez que a teoria schumpeteriana traz o banqueiro Capitalista, ao emprestar o crédito, como o delineador e responsável pela expansão do capitalismo, lembrando a figura mitológica do efóro espartano. O efóro moderno seria o banqueiro prestador.

Para Lambert e Velado (2019), Schumpeter atribuiu aos bancos tal papel no desenvolvimento econômico, sendo fundamental que eles decidam, em última instância, o que será ou não financiado. A eficácia dos planos empresariais depende da disposição dos bancos em conceder crédito. O destino das novas combinações é decidido nos mercados monetários, através de batalhas diárias de juros e argumentação entre empresários e banqueiros. Portanto, os autores destacam que a análise dessa economia exige um estudo aprofundado do papel crucial do desenvolvimento financeiro no processo de financiamento do desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, Lambert e Velado (2019) apontam que o sistema bancário ajuda o mercado a identificar os "vencedores e perdedores" em um ambiente econômico competitivo, avaliando o potencial e o desempenho das empresas, especialmente as mais novas. No entanto, os bancos também poderiam sucumbir a decisões imprudentes durante bolhas financeiras (Schumpeter, 1939)

É importante frisar que tal visão do sistema bancário e seu papel no processo de desenvolvimento econômico faz com que Schumpeter se afaste da visão neoclássica. De acordo com Oliveira (1993), para os neoclássicos a função principal dos bancos é o financiamento da circulação de mercadorias. Para Schumpeter o banqueiro ao financiar o processo tecnológico acaba por também ser auxiliador do processo de desenvolvimento.

6 A INSTABILIDADE DO CAPITALISMO

O desenvolvimento é um fenômeno distintivo, completamente alheio ao fluxo circular ou à tendência para o equilíbrio. Trata-se de uma mudança espontânea e descontínua, que perturba o equilíbrio existente e, principalmente, o altera de forma permanente. (Schumpeter, 1997, p.75).

Um ponto explorado muito mais posteriormente nos escritos de Schumpeter foi o caráter instável do capitalismo. Num período de hegemonia do pensamento marginalista, Schumpeter foi um dos pioneiros a abordar a questão da instabilidade do sistema econômico.

Essencialmente, a teoria de Schumpeter (1997) atribui ao progresso técnico uma responsabilidade mais direta pelo ciclo econômico, sugerindo que ele possui uma tendência intrínseca a gerar movimentos periódicos de investimento bruto, não apenas irregularidades. De acordo com Camara (1991), a base dessa sugestão é a ideia de que o investimento que incorpora os resultados do progresso técnico estimula diretamente mais investimento em determinados setores, dando início a um movimento cumulativo que continua até que o estímulo se esgote. Essa explicação constitui uma razão plausível para as flutuações econômicas, distintas de quaisquer outras.

De acordo com Vercelli (1985), os efeitos de uma onda de inovações, segundo Schumpeter, não devem ser entendidos como uma divergência gradual do equilíbrio, mas sim como uma ruptura deste equilíbrio. O antigo estado de equilíbrio já não guia mais as ações econômicas, enquanto um novo equilíbrio ainda não foi estabelecido. Qualquer mudança estrutural autônoma naturalmente desloca a posição de equilíbrio de forma endógena. Entretanto, durante o período de expansão econômica, a mudança estrutural interna ocorre de maneira tão rápida e abrupta que a posição de equilíbrio não consegue mais exercer influência, como se, de acordo com Vercelli (1987), houvesse uma implosão da estrutura vigente.

Vercelli (1985) aponta que no estudo da teoria econômica existe dois tipos instabilidade: dinâmica e estrutural. De acordo com o autor a instabilidade dinâmica é caracterizada como um distúrbio periódico do equilíbrio, assim ele constata que "Dynamic (in) stability, as is well known, is about convergence (or divergence) of the behaviour of a perturbed system to (or from) equilibrium." (Vercelli, 1985, p.281).

Vercelli (1985) entende que o conceito de instabilidade de Schumpeter é de uma instabilidade estrutural, pois não são desvios do chamado estado de equilíbrio da economia, mas sim a criação e seu direcionamento a um novo estado de equilíbrio. Para o autor, o conceito de instabilidade de Schumpeter remonta pelo menos à primeira edição de *A Teoria do Desenvolvimento Econômico* (1911), porém o caráter matemático (que o autor aponta como um dos meios para definir o grau da instabilidade) não existia ainda quando a TDE foi publicada. A primeira definição matemática rigorosa só foi fornecida muito mais tarde, porém, o conceito expresso por Schumpeter é notavelmente semelhante, até mesmo em sua linguagem, ao conceito matemático moderno, segundo Vercelli (1985).

A proposta conceitual para identificar mudanças qualitativas não é particularmente precisa. Schumpeter é precavido ao rejeitar pequenas ou contínuas mudanças qualitativas de seu conceito de instabilidade:

(...) o que estamos prestes a considerar é o tipo de mudança que emerge de dentro do sistema que desloca de tal modo o seu ponto de equilíbrio que o novo não pode ser alcançado a partir do antigo mediante passos infinitesimais. Adicione sucessivamente quantas diligências quiser, com isso nunca terá uma estrada de ferro. (Schumpeter, 1997, p.75).

Na verdade, Schumpeter define instabilidade como uma situação de mudança qualitativa descontínua na estrutura econômica (ou, de forma equivalente, no comportamento econômico), causada por perturbações intrínsecas. Para Vercelli (1985) essa definição pode ser claramente entendida como uma especificação da definição padrão atual de estabilidade estrutural. Para Schumpeter (1997), algumas características específicas que merecem comentário são as seguintes: a mudança qualitativa é descrita como uma mudança descontínua nos canais da rotina econômica ou uma mudança espontânea nos dados econômicos decorrentes de dentro do sistema.

Para Vercelli (1985), em grande parte de suas contribuições, Schumpeter limita a categoria de perturbações relevantes apenas a perturbações "internas" ou "econômicas", pois seu principal interesse reside em analisar a instabilidade estrutural intrínseca ao sistema econômico. Perturbações internas dentro do sistema econômico provocam mudanças estruturais em duas fases distintas.

Durante o período de crescimento econômico, a mudança estrutural ocorre em meio a uma falta de equilíbrio, enquanto durante a recessão, essa mudança estrutural coincide com o surgimento de um novo equilíbrio estável. Portanto, em ambas as fases, há instabilidade estrutural, mas de naturezas diferentes: durante o crescimento econômico, uma instabilidade estrutural "criativa", e durante a recessão, uma instabilidade estrutural "organizativa".

Para Schumpeter, as inovações são a fonte da perturbação do sistema. Ao se acumularem densamente, a perturbação resultante dá origem a um período distinto de ajuste que é precisamente o que constitui a fase depressiva do ciclo econômico (Vercelli, 1985).

Portanto, a teoria da competição schumpeteriana abraça uma abordagem não convencional, encaixando-se dentro de uma perspectiva evolutiva e dinâmica da economia capitalista. Essa visão sugere que a economia é impulsionada por contínuos processos de introdução e disseminação de inovações. Como vimos, tais inovações podem ocorrer na produção do produto, na organização empresarial ou até mesmo no próprio mercado.

Embora Schumpeter concorde que no fluxo circular o estado estacionário da economia é válido, entende que pela inovação é possível romper tal estado. A análise da variação schumpeteriana tem três bases: o Empresário, aquele que é o criador da mudança; a inovação, que criará um canal do sistema econômico; e o crédito, a moeda que o financiará.

Contudo, conforme aponta Câmara (1991), tal processo não é simples, pois requer que tal inovação seja viável economicamente. A tecnologia desenvolve novos métodos ou produtos para os bens demandados, porém devido as economias de escala, indivisibilidade de produção ou externalidades do produto talvez não seja interessante produzir tal produto. Quando tal processo de inovação de fato é viabilizado inicia-se um processo descontínuo de desenvolvimento econômico.

De acordo com Guimarães (1986), as inovações iniciais substituem a base técnica anterior, iniciando o processo chamado de destruição criativa. Posteriormente aparece outras inovações destinadas a melhorar a produtividade ou a melhorar o escopo dos processos.

Esse processo leva a mudança na tomada de decisão dos empresários, implicando que as decisões não serão as mesmas tomadas quando ainda ocorria o estado estacionário. De acordo com Câmara (1991), esse processo não terá

resistência a partir do fato em que os inovadores receberem os primeiros lucros da inovação, o que levava a uma onda de não só de imitadores, mas também de empresários que não querem ficar atrasados sob o risco de falir.

Câmara (1991) aponta que todo esse processo de mutação capitalista é próprio de sua essência. A chave para esse processo é a inovação, que é endógena ao próprio sistema. Faz-se mister ressaltar que esse processo é descontínuo e ocorre muito graças a mudança de mentalidade dos empresários em relação a barreiras econômicas e a própria psicologia dos mesmos.

A autora aponta que, de acordo com Schumpeter, as inovações surgem em grupo e juntas num curto período, mas possuem um grande impacto sobre a atividade econômica e do lado monetário haja vista o volume de crédito para o financiamento da inovação. A partir do lançamento da inovação, para analisar seus efeitos, Schumpeter inicialmente aponta duas fases cíclicas: a prosperidade e a recessão.

A primeira versão do modelo cíclico de Schumpeter possui duas fases: prosperidade que é detonada pela introdução da inovação, desequilibrando o sistema de preços e recessão, que é deflagrada pela absorção dos efeitos do processo técnico pela economia que luta em busca de um novo ponto de equilíbrio, reduzindo o nível de preços. (Camara, 1991, p.151).

A prosperidade, de acordo com Haddad (2010), é a fase de otimismo, onde novas empresas são criadas e as antigas empresas são renovadas. Como as expectativas animadas ocorre a expansão da capacidade produtiva e uma onda de especulação. Essa expansão faz com que os produtos das firmas concorram entre si no mercado levando a uma guerra de preços, levando a queda dos mesmos.

Já na recessão, de acordo com Haddad (2010) e Câmara (1991), passado o otimismo da onda inovativa, as expectativas começam a ser revistas, as inovações perdem o folego e começam aparecer os imitadores que produzem bens diferentes com processos similares, levando a redução dos preços e conseqüentemente do lucro de todas as empresas do mercado, bem como um excesso de produção de bens. Paralelo a isso, as empresas que não se adaptaram as mudanças estruturais desaparecem. Tudo isso acaba por ser uma tempestade perfeita para a fase da recessão. Virgilio (2010) aponta que à medida que as empresas vão saldando suas dívidas creditícias, a moeda é retirada de circulação e caso não haja novos

demandantes de crédito, acabam por intensificar o processo de queda dos preços e das rendas auferidas.

É como se ocorresse uma purificação do setor empresarial pelos excessos ocorridos na onda otimista. No fim desse processo quase purgatorial há dois caminhos: uma realocação das atividades e processos produtivos ou o fechamento das empresas, sobretudo as ineficazes.

Assim, para Spolavori (2009), na teoria schumpeteriana a superprodução e a insolvência são consideradas como conseqüências, e não como causas primárias e independentes da crise. Qualquer teoria das crises que atribua à superprodução um papel de causa, ou mesmo uma causa primária, corre o risco de raciocinar de forma circular.

Os erros desempenham um papel significativo no início do "boom" e durante a depressão, sendo elementos incidentais de apoio e reforço, mas não uma causa primária necessária para a compreensão do fenômeno, conforme Spolavori (2009). Mesmo que ninguém desencadeasse ações específicas, ainda ocorreriam movimentos cíclicos, embora de forma mais suave.

Assim, Câmara (1991) aponta que o processo concorrencial é a causa da expansão e recessão do capitalismo, ideia postulada também por Keynes e Marx. O progresso técnico causado pela inovação desequilibra o sistema, e a revisão direta das expectativas, causa a incerteza no funcionamento empresarial e no sistema capitalista como um todo.

Contudo, Câmara (1991) aponta que assim como a inovação é a causa do desequilíbrio econômico, ele também é a fonte da acumulação capitalista. Somente inovando é possível perpetuar o ciclo inovativo, que supera todas as barreiras e imperfeições do mercado. Contudo, como aponta Câmara, as inovações não são previsíveis e não estão sobre controle do capital, conseqüentemente não é trivial supor que existe uma alternância clara entre crescimento e estagnação e muito menos supor que exista ciclos bem definidos de tempo entre ambos.

Aliado a isso, cada firma, ramo e setor responde a determinadas características, crescem e decrescem em tempos diferentes entre si, portanto o equilíbrio geral não se concretizará após o início das ondas inovativas.

Portanto fica evidente que Schumpeter buscou teorizar, embora de forma arcaica, uma discussão acerca da instabilidade do capitalismo, que surge de dentro do próprio sistema, assim como Marx e Keynes.

De acordo com Câmara (1991), é importante traçar que Schumpeter traz um lado da instabilidade que não foi explorado por Keynes, que salientou mais o caráter da instabilidade dos investimentos como a origem da instabilidade do capitalismo, acaba por não salientar que uma fonte significativa de instabilidade no capitalismo é a competição, que leva os capitalistas a uma lógica de manutenção, expansão e criação de mercados. Seu papel é crucial nas decisões de investimento. Coube a Schumpeter destacar a ocorrência de mudanças técnicas radicais e imprevistas que influenciam o desenvolvimento econômico capitalista, caracterizadas por uma lógica diferente da competição de preços. Ele também salienta que a inovação é inerente ao sistema capitalista.

Ao analisar os ciclos econômicos em Schumpeter, constata-se que o crescimento econômico não ocorre de maneira uniforme ao longo do tempo. Ele se acelera com a introdução de novos produtos e novos processos de produção, graças à ação do empresário inovador (Souza, 2007). A economia schumpeteriana se movimenta através de ciclos, já que o surgimento de inovações, de empresários inovadores e a liberação de crédito não seguem um padrão linear, sendo limitados pelos recursos e técnicas disponíveis.

Assim, para Carneiro (2003 apud Haddad 2010), o capitalismo é definido por rupturas, desequilíbrios e descontinuidades, o que associa o desenvolvimento à instabilidade, resultando em um padrão cíclico. Essa ciclicidade reflete as tensões provenientes dos processos de desorganização e reorganização das estruturas, os quais são provocados pelas inovações.

O foco da competição schumpeteriana reside na diferenciação do produto, mas ocorre principalmente através de inovações que abrangem a criação de novos produtos, espaços econômicos, estruturas organizacionais, mercados, fontes de matéria-prima, entre outros. Segundo Kupfer e Hasenclever (2012), a competição é uma fonte de diversidade e uma fonte endógena e perene de mudança dentro do sistema capitalista, não sendo algo de ajuste como na visão clássica e neoclássica. As inovações causam diversidades no sistema, mas também criam um estado tendencial de desaparecimento do obsoleto.

Oliveira (1993) reforça como o crédito acaba por ser um dos fatores-chaves para o ciclo econômico. Se na fase de expansão da econômica ocorre a proliferação de inovações, elas só prosseguirão com o aumento do crédito. Por sua vez a recessão será aprofundada pela própria deflação que ocorre com o pagamento dos

empréstimos. Assim embora a causa principal do ciclo seja a ação empresarial por meio da inovação, o crédito acaba por ter uma influência em tais ciclos. Além disso por ser o indutor de todo processo econômico de desenvolvimento, ele acaba por iniciar esse processo de desequilíbrio do sistema econômico.

Da Costa (2005) aponta as semelhanças e visões de Schumpeter com Marx. Para ele, no estudo da evolução do capitalismo em seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, Schumpeter inicialmente estabelece um diálogo com Marx, desenvolvendo sua própria visão sobre o tema. Os quatro primeiros capítulos de seu livro fazem referências explícitas a Marx em seus títulos. Schumpeter concordava com o pensador alemão que o destino do capitalismo caminhava em direção ao socialismo, mas argumentava que isso não ocorreria pelos mesmos motivos apontados por Marx. Nesses capítulos iniciais, Schumpeter apresenta suas discordâncias em relação a alguns aspectos da análise marxista, incluindo a teoria do valor, embora aceite muitos dos argumentos de Marx, especialmente seu método dialético de análise.

Por exemplo, o desenvolvimento de grandes empresas e a formação de posições de monopólio discutidos por Schumpeter podem ser vistos como alinhados à lei de tendência à concentração e centralização do capital de Marx.

Contudo, Schumpeter não compartilhava da interpretação de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo. Para ele, o avanço do sistema em direção ao socialismo ocorreria devido às virtudes inerentes ao capitalismo, e não por causa de suas contradições.

Dessa forma, nota-se que a abordagem de Schumpeter sobre a economia capitalista contrasta com a visão de equilíbrio da teoria ortodoxa, ressaltando a instabilidade, o dinamismo, o desequilíbrio e a imprevisibilidade inerentes ao sistema econômico, de forma estrutural conforme mostra Vercelli (1985). A origem dessa instabilidade e desequilíbrio está nos processos de inovação tecnológica, que é estimulado pelo processo concorrencial, conforme aponta Haddad (2010). Após a inovação ser continuamente introduzida no sistema econômico, provoca uma série de transformações na estrutura do capitalismo, levando desde a um momento de euforia a momentos de crise e depressão que inclusive levam a eliminação de concorrentes, de acordo com Virgilio (2010). Ainda assim esses autores apontam que dado o caráter não linear do crédito e inovação e seu efeito ser isolado em tempos diferentes nos

setores é evidente que o crédito, mas sobretudo a inovação acaba por ser o impulso ao desequilíbrio do sistema econômico capitalista.

Para Possas (1987) contudo, esse foco nas inovações como o causador dos ciclos econômicos é o calcanhar de Aquiles da teoria schumpeteriana. O primeiro problema é saber a magnitude dos efeitos das inovações. Como identificar uma inovação que realmente altere profundamente o sistema econômico. Assim se há essa dificuldade em saber o diferencial entre inovações e que haverá inovações que farão mudanças menores, isso implica que nem toda inovação é fonte de desenvolvimento econômico.

Outro problema para Possas (1987) é a concentração de inovações em determinado ponto do tempo, sobretudo na fase expansiva do ciclo.

A rigor a única razão explícita que oferece para o fenômeno da “aglomeração” das inovações é o risco crescente da introdução de outras inovações (...) diante do clima de incerteza criado pelos desajustes sucessivos e generalizados, que dificulta o cálculo empresarial. O argumento não é muito convincente, especialmente se tivermos em conta o surgimento e ampla difusão de lucros na economia. (Possas, 1987, p.192).

Outra problemática do ciclo schumpeteriano é a fase de reajuste do sistema econômico. A recessão não cria nenhuma ação econômica nova, sendo apenas a fase de reorganização ao equilíbrio. Para Possas (1987), não há um efeito multiplicador e acelerador na teoria schumpeteriana, o que limita os efeitos das suas teorias de ciclos.

Assim se a onda secundária diz mais sobre o período de ajuste, a teoria de Schumpeter diz mais qual é a tendência que a economia tem de inovar e ir para o equilíbrio posteriormente. Assim não é uma teoria de ciclo econômico, mas sim uma teoria da tendência econômica ao equilíbrio (Possas, 1987).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos fazer algumas considerações derivadas do estudo deste trabalho, em relação a teoria Schumpeteriana. A primeira é em relação ao banqueiro: Schumpeter reconstituiu o banqueiro com a imagem positiva de uma peça importante do desenvolvimento econômico. Contudo isso implicaria na preponderância do sistema bancário e sua dominância sobre a organização da sociedade. Conforme aponta Minsky, se nas últimas décadas o capitalista financeiro pode obter rápidos ganhos no centro financeiro, se desinteressando pelo processo produtivo, seria prudente deixar um papel tão crucial no desenvolvimento na mão de uma classe pouco interessada nele?

Além disso, faz-se mister compreender que as inovações e o crédito têm um duplo aspecto em seu uso: de promotores do crescimento e uma fonte de instabilidade do sistema capitalista. Muitos autores enfatizam o papel positivo que Schumpeter dá aos dois meios, mas acabam esquecendo seus outros efeitos para toda a sociedade. Muito se fala da fase de expansão da economia, mas pouco se prediz dos efeitos que a crise e a depressão causam na sociedade. Portanto caso queiramos aplicar a fundo a teoria schumpeteriana de desenvolvimento é importante ponderarmos a respeito de todos os efeitos que o ciclo de desenvolvimento causa.

Em relação à obsolescência do empreendedor e do regime capitalista, ainda não observamos plenamente o fim deste meio de produção e tampouco o desaparecimento da classe empreendedora. Apesar das crises, do seu efeito transformador e suas contradições póstumas a Schumpeter, o regime ainda é a forma vigente de produção em todo mundo.

Isto posto, é inegável que Schumpeter tem crédito na sua teoria econômica e seu redescobrimto a partir dos anos 1980 explica alguns casos de desenvolvimento que passamos. Conforme Moricochi e Gonçalves (1994), a teoria schumpeteriana adquire relevância contemporânea especialmente devido ao papel dos empresários na disseminação da terceira revolução Industrial, que catalisou mudanças significativas em diversos setores econômicos. As inovações tecnológicas, como a informática embarcada e a biotecnologia, desafiam o padrão tecnológico estabelecido, resultando em profundas reorganizações produtivas tanto nas indústrias quanto na agropecuária. Isso questiona a tradicional escala de produção e a padronização fordista, levando à máxima diversificação de produtos.

Além disso, as inovações gerenciais, em conjunto com um sistema financeiro em rápida expansão que satura os mercados com novos instrumentos financeiros, ampliam o escopo das transformações nas empresas. Esse cenário fortalece o argumento de Schumpeter de que as novas formas de organização e produção substituem as antigas em um processo contínuo de "destruição criativa". Essas transformações justificam plenamente a necessidade de reconsiderar e discutir as ideias de Schumpeter na atualidade.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGHION, P., AKCIGIT, U., & HOWITT, P. What do we learn from schumpeterian growth theory? In: **Handbook of economic growth**,[n.l]:Elsevier, 2014

AGHION, P., HOWITT, P., & LEVINE, R. Financial development and innovation-led growth. In: **Handbook of finance and development.**, Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2018

ALDRICH, H. Entrepreneurship. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. The **handbook of economic sociology**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

AMARO, A. El capitalista y el emprendedor en la teoría económica de Joseph Schumpeter. **Revista Tiempo y economía**, Bogotá, v 11, n 1, p.1-24, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://revistas.utadeo.edu.co/index.php/TyE/article/view/capitalist-entrepreneur-joseph-schumpete-economic-theory>. Acesso em: 01 mar 2024. <https://doi.org/10.21789/24222704.1992>

ARAUJO, J. M. B. **Inovação e ciclos econômicos em Schumpeter e Minsky**, 148 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Alagoas, Maceió (2012). Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1447>. Acesso em: 06 jun 2024.

BARROS, A. L. H. **A teoria austríaca dos ciclos econômicos: uma análise para a economia brasileira, 2004-2019**, 182 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo (2020). Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5052> Acesso em: 05 jun 2024.

BERTOCCO, G. The characteristics of a monetary economy: a Keynes-Schumpeter approach. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 31, n. 1, p.101-122, jan 2007. Disponível em: <https://academic.oup.com/cje/article-abstract/31/1/101/1686>

082?login=false. Acesso em: 05 jun 2024

BITTAR, F; BASTOS, L; MOREIRA, V. L. Reflexões sobre o empreendedorismo: uma análise crítica na perspectiva da Economia das organizações. **Revista de Administração**, Santa Maria, v. 7, n. 1, p.65-80, mar. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/download/7318/pdf>. Acesso em: 05 mar 2024. DOI: 10.5902/198346597318

BRASIL, M. V. O.; NOGUEIRA, C. A. G.; FORTE, S. H. A. C. Schumpeter e o desenvolvimento tecnológico: uma visão aplicada às pequenas e médias empresas, **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 13, n. 29, p.38-62, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2011v13n29p38>. Acesso em: 15 mar. 2024.
<https://doi.org/10.5007/2175-8077.2011v13n29p38>

BRUE, S; GRANT, R. R. **História do pensamento econômico**. Tradução de: Noveritis do Brasil. Brasil, Cengage Learning, 2016.

BURLAMAQUI, L. **Notas sobre a Teoria Schumpeteriana**. No prelo. Disponível em: https://burlamaqui.com.br/wp-content/uploads/2021/02/02_Burlamaqui-Notas-sobre-a-Teoria-Schumpeteriana.-UFRJ.1996_2007.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023

BURLAMAQUI, L. **Schumpeter, Keynes e o Paradigma da Destruição Criadora: Uma introdução crítica**. No prelo. Disponível em: https://burlamaqui.com.br/wp-content/uploads/2021/07/02_Burlamaqui-2021-Schumpeter-Keynes-e-o-Paradigmada-Destruc%CC%A7a%CC%83o-criadora.pdf. Acesso em: 03 jun. 2024

BURLAMARQUI, L; KATTEL, R. Desenvolvimento por saltos como alternativa às teorias da convergência e catch-up: rumo às teorias schumpeterianas do crédito e desenvolvimento. **Revista Desenvolvimento e Debate**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 37-70. jan./dez. 2017. Disponível em: https://inctped.ie.ufrj.br/Desenvolvimentoemdebate/edicoes_v_5_n_2.html. Acesso em: 10 nov. 2023.
DOI:10.51861/ded.dmdt.2.067

CALAZANS, R.B. A lógica de um discurso: o empresário schumpeteriano. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 640-667, 1992. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaio/article/view/1519/1889>.

Acesso em 04 ago 2024.

CÂMARA, M. R. G. D. A instabilidade do capitalismo: a visão de Keynes e Schumpeter. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina v. 12, n. 3, p.146-154, 1991. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/9281>. Acesso em: 21 abr. 2024. DOI:10.5433/1679-0383.1991v12n3p146.

CRUZ, H. N. Observações sobre a mudança tecnológica em Schumpeter. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.18, n.3, p. 433-448, set./dez. 1988

DA COSTA, A. B. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. **Caderno Ihu Ideias**, São Leopoldo, v. 4, n. 47, p. 2-22, jan/dez. 2006. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/047cadernosihuideias>. Acesso em 10 out. 2023

DUARTE, V. N. **Desenvolvimento Equilibrado Versus Desenvolvimento Desequilibrado: Uma Breve Revisão das Principais Teorias**. In: SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 1. 2013. Ponta Porã.

FESTRE, A; NASICA, E. Schumpeter on money, banking and finance: An institutionalist perspective. **European Journal of the History of Economic Thought**, Londres, v. 16, n. 2, p. 325-356, jan./dez. 2009. Disponível em: https://web.archive.org/web/20170705080940id_/https://halshs.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/272405/filename/Festre_Nasica_FinalVersion.pdf. Acesso em 21 mai. 2024

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GUIMARÃES, F.C. **A Política Tecnológica nos Países de Industrialização Recente**. Rio de Janeiro: IEI-UFRJ, 1986.

HADDAD, E. W. Inovação tecnológica em Schumpeter e na ótica neo-schumpeteriana. 76f. Monografia de graduação (Bacharelado em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25385?show=full>. Acesso em 01 mai. 2024

KING, R., LEVINE, R. Finance and growth: Schumpeter might be right. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 108, n. 3, p.717-737,1993

KUPFER, D; HASENCLEVER, L. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

LAMBERT, T; VERLADO, T. **Schumpeter, the Banking System, and Innovation: Small versus Big Business**, no prelo. Disponível em: <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/97742/>. Acesso em: 25 mai 2024

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamento da Metodologia Científica**, 8ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

MAYER, F. et al. Discovering the True Schumpeter - New Insights into the Finance and Growth Nexus. **Centre for Economic Policy Research**, Paris v. 16851, n.1, p.1-76, 2021. Disponível em: <https://www.uni-wuerzburg.de/fileadmin/12000000/Downloadpool/WEP/wep102.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.

MAZZUCATO, M. **O Estado empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014

MCCRAW, T. K. **O profeta da inovação**. Tradução: Clovis Marques. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012

MESSORI, M. Credit and money in schumpeter's theory. **Centre for Economic and International Studies**, Roma, v. 169, n. 1, p.1-48, jan/jun 2002. Disponível em:

<https://ceistorvergata.it/ceis-research-papers/36-47/credit-and-money-in-schumpeters-theory>. Acesso em 22 fev 2024.

DOI:10.2139/ssrn.320883

MINSKY, H. Schumpeter and Finance. In: BIASCO, Salvatore et al. **Market and Institutions in Economic Development: Essays in Honour of Paulo Sylos Labini**. Londres: MacMillan, 1993. p. 103-115

MINSKY, H. Money and Crisis in Schumpeter and Keynes. In: WAGNER, H.J et al. **The Economic Law of Motion of Modern Society: A Marx-Keynes-Schumpeter**. Oxford: Centennial.Cambridge University Press, 1993. p. 113-122

MORICOCCHI, L; GONÇALVES, J. S. Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: uma revisão crítica. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 24, n. 8, ago. 1994. Disponível em: <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/ftpiea/tec3-0894.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MUTLAQ, M. F. P. **Revolução científica e destruição criadora: relação entre a filosofia da ciência de Thomas Kuhn e o pensamento da economia por Joseph Schumpeter**. 84 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2015. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6354>. Acesso em: 03 mar. 2024.

NELSON, R. **As Fontes do Crescimento Econômico**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

NOGAMI, V. K.C. Destruição criativa, inovação disruptiva e economia compartilhada: uma análise evolucionista e comparativa. **Suma de Negócios**, Bogotá, v. 10, n. 21, p.9-16, jan./dez. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6099/609964310002/html/>. Acesso em: 21 mar 2024.

DOI: 10.14349/sumneg/2019.V10.N21.A2

OLIVEIRA, J. C. **O papel do crédito na teoria Schumpeteriana do desenvolvimento econômico**. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

PAIVA, M. S. D. et al. Inovação e os efeitos sobre a dinâmica de mercado: uma síntese teórica de Smith e Schumpeter. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 1, p. 155-170, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/DVkwShDFG99PSxN3tjrndcq/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 22 de mar. 2024

PAULA, L. F. Sistema Financeiro e o Financiamento da Inovação: Uma abordagem keynesiana-schumpeteriana. Encontro Nacional de Economia, [S. l.] v. 39, n.1 2011. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-6135c1601d8e2b4bd8b96e15baf72c5d.pdf>. Acesso em 23 fev. 2024

PERILLO, G.; CARVALHO, F. P.A. Uma aproximação entre a Teoria Geral de Keynes e a Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter, **Informe Econômico**, Teresina, v.46, n. 1, p.156-170, jan./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/ie/article/view/3734>. Acesso em: 01 jun. 2024.
<https://doi.org/10.26694/1517-6258.461>

POSSAS, M. L. **Dinâmica da Economia Capitalista**: Uma abordagem teórica. São Paulo: Brasiliense, 1987

REDONDO, S. **Los Economistas y la Empresa: empresa y empresário em la historia del pensamiento económico**. Madrid: Alianza Editorial. 1997

ROSALES, R. S.; ROMERO, M. A.C. Circular Flow and Economic Development in the Monetary Thought of Joseph Alois Schumpeter. *Economía: teoría y práctica*, Colonia Vicentina, v.1, n.54, p.17-36. jul 2021. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S018833802021000100017&script=sci_abstract&tlng=en. Acesso em: 28 mai. 2024.
<https://doi.org/10.24275/etypuam/ne/542021/solis>

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTARELLI, E.; PESCIARELLI, E. The emergence of a vision: the development of Schumpeter's theory of entrepreneurship. **History of Political Economy**. Durham. v. 22, n. 11, p. 677-696, 1990.

SANTOS, A. B.A.; FAZION, C. B.; MEROE, G. P.S. Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter. **Caderno de Administração**, São Paulo, v. 5, n. 1, p.1-16. Jan./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/9014>. Acesso em: 20 fev. 2024

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução de: Maria Silvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1997.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCHUMPETER, J. **Business Cycles: A Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process**. New York: McGraw-Hill Book Company, 1939

SEO, T. **Schumpeter's Treatise on Money and Schumpeterian Business Cycle Theory**. No Prelo. Disponível em: <https://econ.w3.kanazawa-u.ac.jp/common/doc/DiscussionPaper/33.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2024.

SHIKIDA, P. F. A.; BACHA, C. J. C. Notas sobre o modelo schumpeteriano e suas principais correntes de pensamento. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 5, n. 10, p.107-126, mai 1998. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4779>. Acesso em: 20 out. 2023.

DOI: 10.5335/rtee.v5i10.4779

SOUZA, N. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SOLO, C. S. Innovation in the capitalist process: a critique of the Schumpeterian theory. **Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 65, n.3, p.417-428, Ago.1951

SPOLAVORI, R. **Ciclos Econômicos**. 50f. Monografia de especialização (Especialização em Mercado de Capitais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26765/000748581.pdf?sequence=1>. Acesso em 20 mar. 2024

SWEEZY, P. M. **Teóricos e Teorias da Economia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1962

ULGEN, F. Is the financial innovation destruction creative? A Schumpeterian reappraisal. **Journal of Innovation Economics & Management**, [online]. v. 11, n.1, p.231-249, jan./dez. 2013. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-journal-of-innovation-economics-2013-1-page-231.htm>. Acesso em: 20 mai. 2024

VALE, M. S.; PINHEIRO, V. S. Pensamento Econômico de Schumpeter e a Escola Austríaca de Economia: Expoente ou Dissidente?. In. ENCONTRO DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA, 16., 2016. Univesidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceara.

VERCELLI, A. Keynes, Schumpeter, Marx and the structural instability of capitalismo. **Cahiers d'Économie Politique**. [online], v. 10, n. 1, p.279-304. Jan./dez. 1985. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/cep_0154-8344_1985_num_10_1_1013. Acesso em: 03 mai. 2024

VIAN, C E. F. Uma discussão da “visão” schumpeteriana sobre o desenvolvimento econômico e a “evolução” do capitalismo. **Informe GEPEC**, [S. I.], v. 11, n. 1, p.1-9. jan./dez 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/1090>. Acesso em: 28 fev. 2024.

DOI: 10.48075/igepec.v11i1.1090.

VIRGILIO, A. P. S. **O papel da inovação tecnológica no desenvolvimento econômico: uma revisão de literatura da destruição criadora sob a ótica dos**

sistemas complexos. 67f. Monografia de Graduação (Bacharelado de Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA), 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/10029>.

Acesso em 01.mai 2024

YOGUEL, G.; BARLETTA, F.; PEREIRA, M. De Schumpeter a los postschumpeterianos: viejas y nuevas dimensiones analíticas. **Revista Problemas del Desarrollo**, México, v. 44, ed. 174, p. 35-79, 2013. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S030170362013000300003&script=sci_abstract. Acesso em 27 nov. 2023